

27/08/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Sob risco de colapso, CNPq financia um terço da ciência nacional](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[2% das propostas para mestrado são a distância](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ministro pede punição para “barbárie”](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Unidos pelo ensino](#)

[Brigou com todos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Despesas de custeio e investimento tiveram redução de 23,6%](#)

[Direito à conciliação](#)

[O que faz cada profissional](#)

[TRÊS PERGUNTAS PARA...](#)

O GLOBO - RJ

[Escolher prioridades](#)

[LINHA VERMELHA](#)

[FRONTEIRAS ENTRE AS DISCIPLINAS NÃO EXISTIAM](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[EaD : educação no seu tempo](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Educação é a linha-mestra para transformações sociais](#)

O DIA - RJ

[Quinquênio está garantido para 14 mil professores do Estado do Rio](#)

O POPULAR - GO

[Entorno tem 4º turno para suprir demanda](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA USP - SP

[O que há por trás das falas do presidente?](#)

TERRA

[2% das propostas para mestrado são a distância](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Número de participantes no Enceja é recorde, diz Weintraub](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Entidades médicas pedem demissão do secretário de Educação do MEC](#)

CORREIO WEB

[Seminário sobre Fundeb debate futuro dos recursos na educação básica](#)

G1

[Enceja 2019 tem recorde de participantes](#)

METRÓPOLES

[MEC comemora sucesso no Enceja, “teste” para o Enem](#)

TERRA

[Empregabilidade é principal fator na escolha do curso superior, revela pesquisa](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Número de participantes no Enceja é recorde, diz Weintraub](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Sob risco de colapso, CNPq financia um terço da ciência nacional](#)

CORREIO DA AMAZÔNIA - AM

[IComp – Instituto de Computação da UFAM](#)

HOJE EM DIA - MG

[UFMG aprova proposta para criar autoavaliação da sua pós-graduação](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[ANPG publica nota pedindo reversão da medida que corta bolsas](#)

[III Fórum Anual do CONFAP divulga a carta aberta “O Desenvolvimento Nacional passa pelo CNPq”](#)

[Assine a petição em defesa do CNPq!](#)

PORTAL ÉPOCA

[FRUSTRADOS COM POLÍTICAS AMBIENTAIS DO GOVERNO,](#)

[PESQUISADORES DEIXAM O PAÍS](#)

G1

[UFABC recebe 5% de verba para investimentos e suspende construção de prédio](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Privilégio para poucos](#)

Agências de notícias e sites

CLIC FOLHA

[Ludmila Rattis Teixeira, ecóloga espacial](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[Legado jurisprudencial](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Coleta de dados para aperfeiçoar pesquisa termina em 30 de agosto](#)

[Bases de conhecimento da OCDE disponíveis para o público](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissão debaterá proposta do MEC para gestão de universidades](#)

FOLHA - GO

[-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800](#)

G1

[Minicurso na UFMT discute racismo institucional na educação básica](#)

GAZETA DO POVO – PR

[O Future-se, o passado e o Acórdão 2.731](#)

JORNAL BOM DIA (RS)

[UFFS propõe encaminhamentos sobre o programa Future-se](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Sob risco de colapso, CNPq financia um terço da ciência nacional

Levantamento feito pela Folha mostra que ciências exatas e da terra podem ser as mais afetadas por falta de verba

São Paulo

Pelo menos seis em cada dez trabalhos de brasileiros publicados em 2017 com aporte de recursos de agências de fomento à ciência tiveram verba do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – agência federal ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, sem recursos, pode ser paralisada

nas próximas semanas.

O documento também se manifesta contra a extinção do CNPq. Nos bastidores do governo, há rumores de que CNPq e **Capes** (agência voltada ao desenvolvimento da pós-graduação, ligada ao MEC) sejam fundidas em um único órgão –que não se sabe se ficaria sob o guarda-chuva do ministério de Educação ou de Ciência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/08/sob-risco-de-colapso-cnpq-financia-um-terco-da-ciencia-nacional.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

2% das propostas para mestrado são a distância

No primeiro edital que permite a oferta de pós-graduação stricto sensu EAD, a Capes recebeu 17 propostas dessa modalidade entre 652 cursos de mestrado e doutorado solicitados por instituições de ensino do País

ESPECIAIS PARA O ESTADO

No primeiro edital que permite a oferta de cursos de mestrado a distância, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebeu 17 propostas de pós-graduação stricto sensu EAD. O número corresponde a 2% do total de 652 propostas de programas de mestrado e doutorado enviados por instituições de ensino do País.

O prazo para envio das propostas terminou em 9 de agosto e segue a portaria nº 90, publicada em abril de 2019. O texto regulamenta os programas de pós-graduação stricto sensu a distância e permite a submissão de propostas nessa modalidade. Nesta primeira etapa, só programas de mestrado poderiam ser inscritos.

“O número revela a cautela das instituições ao propor cursos de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância e sinaliza a preocupação em garantir da qualidade dos cursos oferecidos”, afirma Sônia Bão, diretora de avaliação da **Capes**. “Das 17 propostas, a maioria é oriunda de instituições já consolidadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação.” Entre as propostas submetidas à **Capes**, duas se enquadram em Ciências da Vida, nove em Humanidades, uma em Exatas e cinco são multidisciplinares. Parte delas foi encaminhada por grandes grupos, como YDUQS (antiga Estácio), Ser Educacional e Cruzeiro do Sul Educacional.

O Ser Educacional protocolou solicitação para abertura de um curso de mestrado a distância em Administração para a Universidade da Amazônia (Unama). Para o próximo ano, pretende submeter propostas para cursos da Uninassau, do Recife, e da Universidade de Guarulhos – UNG/Univeritas.

“Isso na Região Norte, em especial devido à carência de programas no interior, é um grande avanço pois permitirá que, se aprovado pela **Capes**, o mestrado tenha um alcance maior, possibilitando que pessoas de cidades mais distantes possam realizá-lo”, afirma Francislene Hasmann, diretora adjunta de regulação do grupo Ser Educacional.

Já o Grupo Cruzeiro do Sul apresentou uma proposta de mestrado em Estudos da Linguagem, por considerar a “demanda pela formação de quadros de qualidade para atuar no ensino básico” e sua experiência na modalidade EAD em Cursos de Graduação

e de Pós-graduação Lato Sensu, incluindo programas na área de Letras. “O que será necessário, e sem dúvida será feito, é o desenvolvimento de novas abordagens mais adequadas a programas stricto sensu”, afirma Tania Cristina Pithon-Curi, pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa.

Requisitos. De forma geral, a **Capes** pretende garantir a qualidade dos cursos stricto sensu a distância com alguns critérios que já valem para os cursos presenciais. Para os docentes, por exemplo, a exigência de produção intelectual continuará a mesma e o número de alunos por orientador será limitado. Atividades relacionadas a laboratórios e seminários integrativos, por exemplo, devem ser realizadas de forma presencial, o que pode ocorrer tanto na sede da instituição quanto em polos de ensino a distância pelo País. Além disso, podem oferecer pós stricto sensu EAD só instituições cuja nota no Índice Geral de Cursos (IGC) seja no mínimo 4 – o IGC vai de 0 a 5.

Apesar disso, os desafios já existentes em EAD não devem ser ignorados, ressalta o coordenador da área de Educação da **Capes**, Robert Verhine. “Não estamos entrando em área nova, sabemos que a graduação EAD tem muitos problemas. Andamos com muito cuidado para garantir que os cursos de pós sejam de qualidade e não para massificar. Queremos ir a lugares nos quais os presenciais não conseguem chegar.”

Embates. A autorização para cursos de pós-graduação stricto

sensu na modalidade a distância suscita discussões parecidas às que surgiram no início da oferta de cursos de graduação EAD, no início dos anos 2000. Hoje, duas décadas depois, algumas críticas parecem ter sido dirimidas, mas outras seguem em pauta.

O fato de o estudante não conseguir organizar o tempo para o aprendizado, por exemplo, é tópico descartado. É possível, sim, ter disciplina e cumprir o cronograma de estudos. As limitações tecnológicas que poderiam impedir o aprendizado também não entram em discussão.

O avanço de ferramentas como inteligência artificial e gamificação se mostram eficazes para potencializar o aprendizado. “As novas técnicas de ensino e aprendizagem e as novas tecnologias na área de educação a distância tornaram o EAD uma modalidade mais rica em termos de experiência”, afirma Nelson Boni, conselheiro da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Dúvidas. Por outro lado, algumas críticas persistem, como o fato de o ensino a distância tirar do aluno uma vivência presencial importante, a discussão sobre a formação dos professores ou tutores e as ressalvas quanto a áreas que não devam entrar na modalidade. São esses os pontos que reaparecem agora no debate sobre o stricto sensu a distância.

“Se há algo fundamental, principalmente na pós-graduação, que visa a produção de conhecimento, é a vivência no ambiente físico da instituição, a humanização do processo de ensino e aprendizagem”, afirma Antônio Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). “Entendemos que a educação a distância deveria ser mais uma ferramenta, não ocupar o espaço do ensino presencial.” Gonçalves também critica a determinação do IGC –

formado pela média ponderada de notas de graduação e pós-graduação da instituição – como pré-requisito principal para os cursos que podem enviar propostas. “O índice não é garantidor de uma real qualidade dos cursos. Não se consideram diversos aspectos, como a relevância e o impacto social do programa.”

Com relação à formação do corpo docente, o artigo 20 da portaria tem gerado diferentes interpretações. O texto diz que a relação de professores, além dos docentes permanentes, “poderá incluir outras categorias, conforme legislação em vigor”. Gonçalves, da Andes, considera uma possibilidade de precarizar o trabalho dos professores: “É possível interpretar o artigo como permissão para contratar um docente horista em qualquer instituição. Isso é bem negativo”.

O coordenador da área de Educação da **Capes**, Robert Verhine, afirma que há uma abertura para ideias novas surgirem, sem excluir nenhuma possibilidade. “As categorias permitidas são docentes permanentes, colaboradores e visitantes. Porém, acreditamos que pode ocorrer no futuro uma mudança de tipos de categoria e, por isso, deixamos o ponto em aberto. Por exemplo, poderia se pensar na inclusão de tutores, como existem na graduação.”

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Ministro pede punição para “barbárie”

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, também postou no Twitter uma mensagem sobre a morte da funcionária terceirizada da pasta: “Letícia Curado saiu de casa para trabalhar no MEC, mas a crueldade e a violência interromperam seu trajeto. Presto minha solidariedade e apoio à família da vítima, que deixa um filho de 3 anos. Espero que a Polícia e o Poder Judiciário punam o culpado dessa barbárie!”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Unidos pelo ensino

Em paralelo às deficiências do MEC, há intercâmbio auspicioso entre estados

Quando o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a retirada do governo de seu país do Acordo de Paris, não tardou para que empresas, empreendedores, organizações sociais e governadores americanos reafirmassem seus compromissos com as metas do tratado climático fechado em 2015.

Fenômeno análogo, guardadas as proporções, pode ser observado no Brasil no campo educacional. Em paralelo ao gerenciamento desastroso da administração federal nesse setor, prosperam articulações, trocas de experiências e implementação de programas envolvendo estados, municípios e entidades não governamentais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/08/unidos-pelo-ensino.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Brigou com todos

A carta defende a independência do órgão e afirma que a ação contra Duprat tem objetivo de “tolher o debate” sobre pautas caras a minorias. Em um dos casos, Duprat acionou o MEC contra uma nota enviada a escolas proibindo professores, pais e alunos de convocarem atos políticos em horário letivo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/08/27/integrantes-do-cnmp-prometem-desengavetar-caso-contradelta-como-resposta-a-recurso-na-justica/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Despesas de custeio e investimento tiveram redução de 23,6%

Resultado do 1º semestre reflete ‘drama fiscal’ do País; expectativa é que medidas de austeridade continuem em 2020

BRASÍLIA

Em mais um alerta sobre o grau de estrangulamento da máquina pública, o Ministério da Economia apontou uma queda real de 23,6% nas despesas com custeio e investimentos do governo federal no primeiro semestre de 2019, na comparação com o mesmo período do ano passado.

O quadro de dificuldade deve permanecer em 2020, o que levará o governo a adotar medidas duras para tentar segurar o avanço de despesas obrigatórias, como a contenção de aumentos ao funcionalismo público, adverte o subsecretário de Política Fiscal da pasta, Marco Cavalcanti, em entrevista ao Estadão/Broadcast. “Muitas medidas serão tomadas para tentar segurar o crescimento das obrigatórias, mas não tem como, de um ano para o outro, mudar drasticamente a situação. O quadro de restrição fiscal vai continuar forte no ano que vem”, diz Cavalcanti. O governo finaliza a proposta de Orçamento para 2020 nesta semana.

Segundo boletim da Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta, os chamados gastos discricionários (que podem ou não ser efetuados) somaram R\$ 43,8 bilhões nos primeiros seis meses deste ano, ante R\$ 57,4 bilhões em igual período de 2018. O valor também está 10% abaixo das despesas discricionárias do primeiro semestre de 2017, ano em que houve paralisação na emissão de passaportes e ameaça à prestação de outros serviços.

“Isso é reflexo do drama fiscal que nós vivemos”, diz Cavalcanti. “O governo vem cortando muito fortemente as despesas discricionárias. No passado, digamos que havia gordura, mas essa gordura já se foi. Estamos no osso”, afirma o subsecretário. Segundo ele, a reforma da Previdência ajuda no médio e longo prazos, mas ainda não surte impacto fiscal suficiente para trazer um alívio significativo já no ano que vem.

“No médio prazo, outras medidas serão necessárias e estão sendo pensadas. A gente tem de segurar gastos com pessoal. A ideia é segurar aumento de salários do funcionalismo público. Provavelmente, vai ter de segurar, não tem condição de dar aumento neste momento”, diz.

Gastos. Os gastos discricionários em saúde aparecem em segundo lugar entre as maiores reduções de despesas neste ano, com queda real de 42,5%. Passaram de R\$ 16 bilhões no primeiro semestre de 2018 para R\$ 9,2 bilhões nos seis primeiros meses deste ano. De acordo com dados da SPE, houve cortes em gastos com o programa Farmácia Popular, manutenção de unidades de saúde e custeio do serviço de atendimento de urgência do Samu. Por outro lado, houve no primeiro semestre ampliação nos gastos com a implementação do programa Mais Médicos.

A educação, área cujos cortes de recursos foram alvo de protestos no início do ano, teve

uma redução de 17,2% nas despesas discricionárias no primeiro semestre, de acordo com o boletim da SPE.

Diante desse quadro, a estratégia traçada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é “escancarar” a situação. Portaria da pasta publicada na quinta-feira prevê desde a suspensão do tradicional cafezinho até a limitação do expediente dos funcionários – a partir de 18h, sistemas são desligados e luzes são apagadas. A medida foi adotada para priorizar sistemas de atendimento ao cidadão, como os da Receita Federal e do INSS. O órgão que paga as aposentadorias e pensões deve ficar sem dinheiro para quitar a conta de luz já a partir de setembro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Direito à conciliação

Cresce área para cursos de mediação e arbitragem; ideia é resolver conflitos sem necessidade de ingressar na esfera judicial. Métodos consensuais aceleram uma solução e evitam sobrecarga da Justiça.

ESPECIAL PARA O ESTADO

Nem termos em latim nem dezenas de siglas que designam os tribunais por instância e importância. No Direito do dia a dia, o que tem ganhado espaço são as práticas fundamentadas em um conselho tão antigo quanto eficaz: para resolver conflito, deve-se botar todo mundo à mesa e com disposição para negociar. E é preciso formar pessoas para isso.

Conhecidos como métodos consensuais, os processos de mediação, conciliação e arbitragem ganharam impulso depois das mudanças no Código de Processo Civil realizadas em 2015. De acordo com o novo código, deve-se estimular as audiências de conciliação e mediação antes de se ingressar na esfera judicial. É o movimento de contra-ataque à judicialização do cotidiano, que sobrecarrega a Justiça com causas que vão de briga de condomínio a um móvel entregue com defeito.

Os resultados vieram rapidamente: conforme o último relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, publicado em 2018, a Justiça brasileira homologou 3,7 milhões de acordos estabelecidos após sessões de mediação ou conciliação em 2017, o que representou 12,1% do universo de 31 milhões de sentenças proferidas na época. Em 2016, foram 11,9%.

Em vez de juízes, as audiências de mediação, conciliação e arbitragem são conduzidas por profissionais que buscam formação em cursos voltados exclusivamente para o tema. Se, antes do boom, a maioria deles era egressa da área jurídica, o cenário tem mudado.

Atualmente, há cursos de pósgraduação voltados exatamente para suprir a demanda de mediadores, conciliadores e árbitros: funções distintas entre si. E ainda que a maior parte dos alunos ainda venha do bacharelado em Direito, os cursos são abertos a profissionais de outras áreas – de Exatas, Humanas e Biológicas.

“Temos observado uma procura crescente de áreas como Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Administração, Economia, Engenharia e Contabilidade”, afirma Sandra Bayer, coordenadora do curso de Especialização em Mediação, Arbitragem e Soluções Estratégicas do Centro Universitário FMU, que oferece a pós-graduação desde 2017.

“Primeiro a gente coloca o aluno em contato com a base epistemológica importante para

o desenvolvimento de métodos extrajudiciais para depois propor estudo mais aprofundado da mediação e da arbitragem e de suas especialidades”, explica.

Aptidão. Os pré-requisitos, mais do que o diploma da graduação, recaem sobre as habilidades interpessoais. Para trabalhar com esses temas – principalmente mediação e conciliação –, é preciso gostar de uma boa conversa, ser um ouvinte empático, um facilitador da comunicação.

Foi na base da argumentação que a advogada Renata Martignon, egressa do curso da FMU, conseguiu convencer uma cliente, proprietária de uma pequena empresa que se encontrava em sérias dificuldades econômicas, a negociar em vez de seguir o procedimento mais comum nesse caso: pedido de recuperação judicial. “Ao emitir o meu parecer, busquei o conhecimento adquirido nas aulas para propor que ela negociasse as dívidas bancárias por meio de mediação”, conta.

Nesse caso, como os débitos já haviam causado a restrição do perfil da empresa e, logo, a possibilidade de compra de matérias-primas para confecção dos produtos, negociar fez toda a diferença. “Ao sanar as dívidas de forma amigável, a empresa conseguiu retomar os trabalhos e recuperar seu caixa”, diz a advogada.

Mudança. Em Cotia, na Grande São Paulo, a Faculdade Mário Schenberg registrou um aumento de 80%, do ano passado para este, no número de matriculados na pós-graduação que oferece sobre o assunto. Agora, a instituição pretende expandir a oferta também para Rio de Janeiro e Salvador.

“Mais pessoas buscam o conhecimento aprofundado dos MASC’s (Meios Adequados de

Solução de Conflitos) hoje em dia, entendendo que o caminho para a solução pacífica das controvérsias é um fenômeno mundial e não há mais espaço para somente vermos o conflito de forma litigiosa e combativa”, afirma a coordenadora do curso, Daniele Christofari Alonso.

Com um currículo de 28 anos de advocacia e dez anos de atuação como mediadora judicial e extrajudicial, Daniele desenhou uma grade modular. No módulo da Mediação, por exemplo, os alunos tive

ram aulas de Mediação Familiar, Mediação Empresarial, Mediação Condominial e Mediação Escolar, entre outros temas abordados.

Qualidade. O mais importante, no entanto, diz Alonso, é que o profissional atuante na área desenvolva competências e habilidades que exercitem sua capacidade de comunicação não violenta, escuta ativa, espírito colaborativo e cooperador. E que também compreenda que hoje em dia se busca rapidez (celeridade na solução dos problemas), eficácia (o que se quer é que a solução do problema seja definitiva), custos menores e segurança jurídica.

Por isso, ao lado de disciplinas técnicas, os projetos pedagógicos das pós-graduações em métodos consensuais preveem espaço para valorizar as técnicas comunicacionais. “Contamos com disciplinas como aspectos psico

lógicos dos conflitos e neurolinguística, teoria e prática da negociação e métodos não adversariais, mediação de conflitos consumeristas e formalização do consenso possível”, explica Arthur Souto, coordenador da especialização em Mediação, Conciliação e Arbitragem da Unipê – Centro Universitário João Pessoa, na Paraíba.

De forma semelhante, o currículo do Centro de Mediadores Instituto de Ensino, em Brasília, valoriza técnicas específicas que facilitem o entendimento das partes. “Oferecemos workshops de comunicação não violenta, em que predominam a comunicação eficaz e com empatia e permitem realizar distinções entre observações e juízos de valor; sentimentos e opiniões; pedidos e exigências/ameaças”, afirma Raul Pedro, presidente da entidade.

Mais do que isso tudo, o que atraiu a advogada Rynara Ribeiro Azzari para estudar os métodos consensuais é a possibilidade de que não só mediadores e conciliadores tenham voz, mas também as partes envolvidas. Se numa audiência comum os advogados falam pelo seu cliente, nesse outro tipo de audiência as pessoas em cada lado do conflito têm um papel mais ativo na solução do litígio.

“Ao presenciar audiências de mediação e conciliação, notei o empoderamento e a tranquilidade que as partes expressam para construir a resolução de uma questão. Isso me chamou muito a atenção e, conseqüentemente, me despertou o interesse por ingressar no estudo mais aprofundado dos meios adequados de solução de conflitos”, diz.

Agora matriculada na pós-graduação da Faculdade Mário Schenberg, Rynara atua para auxiliar seus clientes a alcançarem tal forma de protagonismo. “Em uma sessão de mediação, na qual atuei como advogada, pude ver o meu cliente experimentando uma liberdade gradativa para se expressar e comunicar o que seria, para ele, uma boa solução para o conflito. No fim da mediação, pude presenciar a solução construída com a participação efetiva dele”, conta.

Exigência. Importante: os cursos de pós-graduação em Mediação, Conciliação e Arbitragem são formatados para possibilitar que o aluno esteja apto a atuar no mercado. Mas, antes de pisar em uma audiência, o profissional precisa frequentar o curso de capacitação ministrado por escolas formadoras autorizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelos Tribunais de Justiça dos Estados e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Aos ainda reticentes com as perspectivas da área, vale lembrar que, em 2018, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), recomendou a conciliação para que a União e o governo de Roraima solucionassem a questão sobre o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

O que faz cada profissional

Em cada modalidade os profissionais têm papéis distintos: enquanto um mediador e um conciliador ajudam as partes a encontrar uma solução, um árbitro possui prerrogativas semelhantes a de um juiz, tem poder decisório para resolver o conflito.

Mediador é o profissional que atua quando as partes envolvidas possuíam um vínculo que foi rompido, situações nas quais ressentimentos são comuns. Seu trabalho é tipicamente requisitado em causas ligadas a Direito de Família, envolvendo divórcios, pensões alimentícias ou guarda de menores. Sua função é facilitar o diálogo entre as partes, para que se aproximem e cheguem à solução.

Já o conciliador é indicado quando as partes são estranhas entre si, sendo ligadas só pela causa em questão (por exemplo, ocorrências de trânsito). Sua atuação é mais direcionada à resolução do conflito em si, chegando a sugerir opções para atingir isso.

Na arbitragem, uma ou mais pessoas são encarregadas pelas partes de decidir sobre o processo, com poderes de dar uma sentença com o mesmo valor legal de uma proferida por um juiz. Como principal característica, os árbitros detêm um amplo conhecimento sobre o tema em questão. Em uma ação relacionada à construção civil, a função pode ser executada por um engenheiro ou arquiteto. Dentre as vantagens da arbitragem estão a celeridade, pois a sentença deve ser proferida em até seis meses, e a possibilidade de as partes definirem os ritos procedimentais.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL TRÊS PERGUNTAS PARA...

Fernanda Tartuce, professora de Graduação em Direito na matéria de Conciliação, Mediação e Arbitragem na Faculdade Autônoma de Direito (Fadisp)

1. O Brasil é um dos países do mundo com mais processos na Justiça. Para você, quais são as principais causas deste fenômeno?

As principais causas da imensa litigiosidade no Brasil são o uso excessivo do Poder Judiciário por grandes litigantes, como a União, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e bancos; o excesso de previsões normativas, fator que causa dúvidas sobre sua adequada incidência; a falta de instâncias administrativas eficientes para dirimir problemas; e as falhas na atuação das agências reguladoras, que não punem adequadamente quem viola pautas públicas.

2. Como avalia a eficiência dos métodos de conciliação, mediação e arbitragem para aliviar os tribunais? Esses meios são muito interessantes em termos qualitativos porque têm em comum a base consensual: as pessoas em crise aceitam negociar com a ajuda de uma pessoa imparcial (no caso de conciliação e mediação) ou aceitam a decisão de uma pessoa de sua confiança (no caso da arbitragem). Sob o prisma quantitativo, a arbitragem tem potencial mais restrito em termos de alívio do acervo judiciário porque exige investimento alto pelo custo da necessária estrutura de julgamento. A mediação e a conciliação tendem a ser mais eficientes em termos numéricos por serem menos custosas, mas, como envolvem negociações individualizadas, há limites em termos de contribuição para a redução de casos no Poder Judiciário.

3. Métodos consensuais são elogiados por motivar as pessoas a resolverem seus conflitos em vez de delegar o processo totalmente a terceiros. Entretanto, em que situações você acredita que a judicialização tradicional não deve ser substituída?

A atuação do Poder Judiciário é importante para atender ao interesse público, como nos casos de: necessária definição de precedente que traga segurança e previsibilidade para

disputas semelhantes; má-fé ou fraude, com vistas a estancar violações recorrentes; necessidade de sanção ou coerção estatal; situações em que pelo menos uma das pessoas envolvidas não tem condições de negociar efetivamente por haver comprometedor desequilíbrio de poder.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA

Escolher prioridades

Com comentário sobre a mulher de Macron, Bolsonaro não conseguiu capitalizar a moderação dos líderes europeus

Como disse o presidente dos Estados Unidos John Kennedy, "governar é escolher prioridades". Quem acompanhar o presidente Bolsonaro através de suas redes sociais perceberá imediatamente dois tipos de prioridades de seus seguidores: há os que apoiam seu governo especialmente pelo combate à corrupção, e os que são contra tudo o que está aí, agora focados nas queimadas da Amazônia, com críticas a Macron e outros líderes europeus. Como antes priorizavam o porte de armas. Ou cadeirinhas de bebê. Ou o fim dos radares nas estradas.

Os a favor da Lava-Jato estão preocupados com a relação conflituosa entre o presidente Bolsonaro e o ministro da Justiça, Sérgio Moro. São vários os recados que recebe advertindo que Moro tem que ser apoiado, e que a Lava-Jato precisa continuar.

Ontem, uma pesquisa CNT/MDA mostrou não apenas que a Lava-Jato continua tendo o apoio da maioria da população, como também que 52% não querem que Moro saia do governo. O pacote anticrime de Moro, que está sendo desidratado no Congresso, tem mais de 70% de apoio na população.

Ao contrário, a popularidade de Bolsonaro despencou, havendo quase 40% que consideram seu governo ruim ou péssimo. Também o comportamento pessoal do presidente Bolsonaro é desaprovado por 53%.

Bolsonaro não se cansa de dizer que venceu a eleição presidencial para mudar tudo, e que está à frente de uma nova era. Muitas vezes em tom acafajestado, os bolsosominions festejam tudo que pareça ser contra o establishment, comungando com seu líder a ideia de que é preciso destruir, mais que construir.

Esse estilo acafajestado está presente nos tuítes da família Bolsonaro, e agrada a certos seguidores, que se utilizam do mesmo linguajar. Foi um desses bolsosominions que publicou um comentário de mau gosto que circulou pela internet : a razão do "ciúme", ou da "inveja" de Macron seria a beleza de Michele Bolsonaro, comparada com a de Brigitte Macron.

Uma cafajestada compartilhada, entre gargalhadas digitais (kkkk), pelo presidente da República, que ainda inseriu um comentário: "Não humilha". Agindo como Bolsonaro, e não como presidente da República do Brasil, cometeu mais um erro, depois de ter tido uma vitória no G-7, quando a maioria dos países ficou contra boicotar o acordo União Europeia-Mercosul como queria o presidente da França.

Mas, com o comentário absurdo sobre a mulher de Macron, Bolsonaro não conseguiu capitalizar para si a moderação dos líderes europeus. Um vídeo da reunião do G-7 em Biarritz, na França, revelou a chanceler da Alemanha Angela Merkel comentando com

seus pares que telefonaria a Bolsonaro para mostrar que não havia uma campanha contra ele.

No que foi seguida pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, que comentou: "Isso é importante". O próprio Macron concordou com a iniciativa, embora sugerisse que o recado fosse transmitido ao chefe de gabinete de Bolsonaro.

O presidente tem razão ao dizer que Emmanuel Macron está protegendo os agricultores de seu país, arranjando pretexto para não fechar o acordo com o Mercosul, mas defender os interesses brasileiros não é ofender o presidente de outro país.

Bolsonaro precisa aprender a tratar assuntos de Estado de forma não pessoal, pois o Estado brasileiro tem interesses que independem da opinião do presidente. A opinião de que Macron é um "idiota oportunista", postada pelo ministro da Educação Abraham Weintraub, parece mais uma vergonhosa sabujice do que a opinião de uma autoridade.

A bravata do ministro do Meio Ambiente, também. Ricardo Salles disse que o dinheiro que a União Européia e outros países mandarem para ajudar no combate às queimadas da Amazônia será controlado e orientado pelo governo brasileiro, sem aceitar exigências ou condicionantes.

Incapaz de conseguir um acordo de boa convivência com países europeus, o governo brasileiro anuncia que vai negociar com os Estados Unidos uma nova política ambiental. Parecemos agora aquele garoto que chama o irmão mais velho para bater nos que fazem bullying com ele.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MUNDO

LINHA VERMELHA

Macron reage a comentário de Bolsonaro sobre sua mulher, e duelo sofre escalada
Especial para O GLOBO

PARIS

O duelo verbal entre os presidentes Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro se agravou ontem, com o líder francês classificando como "extremamente desrespeitoso" o endosso do brasileiro à postagem de um internauta que zombava da primeira-dama da França, Brigitte Macron. O comentário de Bolsonaro e a reação de Macron — que pôs em dúvida a adequação do brasileiro ao exercício da Presidência — culminaram uma guerra de declarações sem precedentes nas relações entre os dois países na história recente.

Em entrevista coletiva ao lado do presidente chileno Sebastián Piñera em Biarritz, ao fim da cúpula do G7, Macron disse que o comentário sobre Brigitte foi "triste" para os brasileiros:

—Ele fez comentários extraordinariamente desrespeitosos em relação à minha esposa. O que posso dizer? É triste. Mas é triste, sobretudo, para ele e os brasileiros. Penso que as mulheres brasileiras têm, sem dúvida, vergonha de seu presidente. Penso que os brasileiros, que são um grande povo, têm um pouco de vergonha de ver esse comportamento. E como eu tenho muito respeito e admiração pelo povo brasileiro, espero muito rapidamente que eles tenham um presidente que se comporte à sua altura —afirmou Macron.

No sábado, um seguidor publicou uma montagem de fotos dos casais Macron e Bolsonaro em um post no Facebook do presidente brasileiro, com a legenda: "Agora entende por que Macron persegue Bolsonaro?" O perfil de Bolsonaro postou a resposta: "Não humilha cara. Kkkkk". A postagem do seguidor foi acompanhada de uma montagem: de um lado, Macron e Brigitte, 24 anos mais velha do que o marido; e, do outro, o Bolsonaro e a mulher, Michelle, 27 anos mais jovem que o marido.

TRÊS MAL-ENTENDIDOS

A resposta de Bolsonaro vira-lizou e foi repercutida na imprensa francesa, que criticou a atitude sexista do brasileiro. Brigitte tem 66 anos, e Macron, 42. Na campanha à Presidência, em 2017, o francês já havia reagido a comentários sobre o assunto, dizendo que, se ele tivesse 20 anos a mais, "ninguém pensaria por um segundo que não poderíamos estar legitimamente juntos".

Na entrevista de ontem, Macron disse que respeita todos os dirigentes eleitos, mas que era obrigado a constatar que houve "pelo menos três mal-entendidos com o presidente Bolsonaro". Além do comentário sobre Brigitte, citou o fato de o brasileiro ter "descumprido" a promessa de zelar pelo meio ambiente; o episódio ocorrido no final de julho em que Bolsonaro cancelou na última hora um encontro em Brasília com o chanceler francês, Jean-Yves Le Drian, e foi ao barbeiro; e ataques feitos no Twitter pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

— Eu o encontrei uma primeira vez e ele me falou, mão sobre o coração, que tudo faria pelo reflorestamento e o compromisso com o Acordo de Paris para poder assinar o acordo do Mercosul com a União Europeia, e 15 dias depois fazia o contrário demitindo cientistas. Pode-se dizer que não me falou a verdade. Algumas semanas depois, teve um compromisso de urgência no barbeiro quando deveria receber nosso chanceler. E, ontem, considerou que era uma boa ideia que um de seus ministros fizesse insultos a minha pessoa — disse Macron.

No domingo, em sua conta no Twitter, Weintraub disse que o presidente é "um calhorda oportunista buscando apoio do lobby agrícola francês", e o comparou ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chamou de "Le Ladrón": "Ferro neste Macron, não no povo francês", escreveu o ministro.

Mais tarde, em entrevista à TV, Macron voltou ao tema e disse que a atitude de Bolsonaro em relação a Brigitte e ao chanceler francês "não são dignas de um dirigente". Sobre o Mercosul, ele considerou que o texto do acordo de livre comércio com a União Europeia não dá todas as garantias que deseja e que "hoje não o assinaria". Segundo Macron, Bolsonaro enviou sinais de que não cumpriria os acordos climáticos.

— Nunca tinha dado meu acordo definitivo — disse. — Não fui eu que mudei, mas ele que não respeitou sua palavra. E devo, em nome da França, assegurar que nossos interesses, princípios, valores, aquilo pelo qual lutamos, seja defendido.

No Twitter, o presidente Bolsonaro voltou a atacar Macron ontem, dizendo que não vai aceitar que ele "dispare ataques descabidos e gratuitos" à Amazônia nem que o país seja tratado como "colônia". O presidente não citou a polêmica envolvendo o post referente

a Brigitte.

Recém-chegado a Paris, o embaixador Luís Fernando Sena, indicado por Bolsonaro, defendeu "gestos de apaziguamento" para conter a crise. Ele disse que, quando tivera oportunidade de encontrar a primeira-dama francesa, dirá que a considera "bonita, elegante, charmosa", além de inteligente e articulada. Serra, porém, atribuiu a Macron a responsabilidade pelo embate:

—Vamos combinar que o primeiro mau passo foi dado por Macron, quando mandou uma mensagem [sobre a Amazônia] que tinha de tudo, menos solidariedade — disse Serra, acrescentando que "o momento é de serenidade e de pensar nos ganhos que poderemos ter no futuro".

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

FRONTEIRAS ENTRE AS DISCIPLINAS NÃO EXISTIAM

Alemão, que abre hoje evento sobre educação, parte de Leonardo Da Vinci para defender ensino interdisciplinar e a relação entre professor e aluno

ENTREVISTA

STEFAN KLEIN/ FÍSICO E ESCRITOR

A distinção entre arte e ciência não falha sentido algum para o artista, engenheiro e cientista Leonardo da Vinci, afirma o físico alemão Stefan Klein. Em seu livro "O legado de Leonardo: como Da Vinci reimaginou o mundo" (em inglês, "Leonardos legacy: how Da Vinci reimagined the world", inédito no Brasil), o escritor de ciência evoca o renascentista como exemplo perfeito de interdisciplinaridade, tema que debaterá hoje no painel "Aprendendo com Leonardo", às 10h, no Museu do Amanhã.

Klein vai abrir o Educação 360 STEAM —sigla que, em inglês, une as palavras Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática —, que terá debates sobre como integrar essas cinco áreas ao ensino. O evento é uma realização dos jornais O GLOBO e Extra, com patrocínio do Colégio pH e da Fundação Telefônica Vivo, e o apoio institucional da Revista Galileu, do site Tech-tudo, TV Globo, Canal Futura, Unicef e Unesco.

Formado em Biofísica, Klein abandonou a carreira de pesquisador para escrever sobre ciência e hoje tem obras traduzidas para 27 idiomas. Seu livro "A fórmula da felicidade" (2002) ficou mais de um ano na lista de best-sellers da Alemanha. Fascinado por Leonardo da Vinci, ele explica como o artista e cientista pode inspirar o debate sobre educação.

Leonardo da Vinci pode ser considerado o principal exemplo de educação STEAM, já que era um gênio universal?

Leonardo da Vinci é, sim, o perfeito exemplo da viabilidade da interdisciplinaridade e das descobertas por conta própria na educação. Sua carreira espetacular também mostra o quão importante é a relação professor-aluno. Leonardo foi ensinado por Andrea Del Verrocchio, que já era um artesão universal, artista e engenheiro. E Andrea deve ter sido um professor absolutamente incrível, porque muitas outras pessoas importantes iam aos seus workshops. Então você diz que o Leonardo era um gênio universal e sim, ele era, mas não nasceu um gênio, ele retornou um. Além disso, naquele tempo fronteiras

entre as disciplinas ainda nem existiam ainda. Leonardo não teria entendido a distinção entre arte e ciência. Elas eram os dois lados da mesma moeda e, para ele, dividiam a missão —como ainda dividem— de entender melhor o mundo.

Por que é essencial pensar a educação de forma interdisciplinar?

Uma abordagem interdisciplinar ajuda a melhorar a educação, porque encoraja estudantes e professores a fazerem conexões e encontrarem seus próprios percursos em meio a um vasto caminho de conhecimento. Além disso, alunos e professores diferem em seus gostos e habilidades, e com essa abordagem há muito mais oportunidades para que cada um descubra quais são seus interesses ou o que fazem melhor do que em um modelo de disciplinas isoladas.

Você acredita que a ciência deve ser ensinada em formato de histórias e não como fatos. Por quê?

Porque assim que o nosso cérebro opera. Nós, humanos, somos uma espécie contadora de histórias. É mais fácil ficarmos interessados por elas do que por fatos aleatórios.

E como isso se aplica ao ensino de crianças e adolescentes?

A maravilha da ciência é que as histórias que existem para serem contadas são sobre descobertas. Isso se aplica muito bem à educação básica, porque toda criança, por natureza, é curiosa. Então, se apresentada do jeito certo, a ciência toca no ponto da curiosidade natural. É melhor ainda é permitir que os próprios alunos façam as descobertas. Histórias podem ter um papel importante nesse processo, porque mostram inspirações ao contar como ótimos cientistas, como Leonardo da Vinci, Isaac Newton, Galileu Galilei ou Jane Goodall fizeram suas descobertas. Isso aumenta o interesse e encoraja crianças a experimentarem por elas mesmas.

O que é imprescindível para uma boa educação?

O melhor modelo educacional é não tanto entregar conhecimento, mas acender uma chama de interesse e entusiasmo nos estudantes. Se os alunos estão fascinados por um assunto, eles vão aprender muito melhor do que quando estão apenas estudando para passar numa prova.

E qual o papel dos professores nesse processo?

Os melhores professores são os que conseguem acender essa chama. Por exemplo, em um estudo feito com professores de Física nos Estados Unidos, a principal forma encontrada para melhorar a qualidade da educação foi realçar o interesse dos professores por suas próprias disciplinas. Isso foi feito dando a eles a oportunidade de trabalhar por duas semanas no laboratório de um importante instituto de Física. Quando o período acabou, os professores tinham encontrado um novo entusiasmo que puderam passar adiante para os alunos. Por isso, para melhorar os resultados da educação, a relação entre o estudante e o professor é muito mais importante do que qualquer tecnologia sofisticada.

Saiba sobre o Educação 360 STEAM

O evento Educação 360 STEAM vai reunir profissionais brasileiros e estrangeiros para debater como o ensino tem se modificado a partir da integração de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (que formam a sigla STEAM).

em inglês). O encontro terá debates, estudos de caso e workshops hoje, das 10h às 19h.

no Museu do Amanhã (Praça Mauá 1, Centro). A programação está no site www.educacao360.com, e o site do GLOBO faz a cobertura completa.

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

EaD : educação no seu tempo

Rodolfo Bello Exler

Especialista em educação a distância e docente da EAD Unijorge

A relação de aprendizagem é estabelecida a partir de um processo entre sujeitos que ensinam e outros que desejam aprender. Ambos compartilham dessa interação, na qual a construção do conhecimento é mediada por um empenho do próprio estudante para se tornar sujeito capaz de apropriar-se da sua trajetória, construir saberes, buscar novas aprendizagens e desenvolver sua autonomia intelectual.

A Educação a Distância (EaD) é estruturada em atenção a essa perspectiva, com um formato construído frente à integração de elementos comunicativos, formativos e tecnológicos. Com caráter aberto-flexível e propósito educativo- interativo, a EaD utiliza modelos de colaboração em rede que fomentam o diálogo, a participação, a pesquisa e a troca contínua de informações.

Naturalmente, esta forma de ensino e aprendizagem se afasta dos modelos de distribuição ou transmissão de conteúdos e se estabelece diante dos fluxos de comunicação e interação. Nesse cenário, o estudante deve ser percebido como protagonista e principal agente de sua aprendizagem. Portanto, considerando a função crítica como dimensão central da atividade e formativa, a EaD investe no desenvolvimento das capacidades individuais para a efetiva construção coletiva e se mostra como modalidade de ensino em constante crescimento.

Do anúncio de um professor na Gazeta de Boston (EUA) para divulgação de suas aulas de taquigrafia por correspondência em 1729 – marco da primeira oferta de curso de ensino a distância – até os dias atuais, em que a internet e o desenvolvimento de tecnologias móveis configuram novos movimentos, essa modalidade é uma das que mais crescem. No Brasil, o Censo da Educação Superior publicado pelo Inep em 2018 revelou que a modalidade EaD atende mais de 1,7 milhão de alunos.

A estimativa é que um em cada três estudantes brasileiros cursa graduação na modalidade a distância, sendo esse feito justificado por fatores tais como custo-benefício, diversidade de cursos, inclusão social e facilidade de acesso aos conteúdos. Entre as especificidades da EaD preponderantes na escolha pelo discente, a flexibilidade tem o seu destaque principal.

A formatação desse tipo de ensino se configura com espaço-tempo e currículos mais flexíveis, atendendo às condições de vida dos alunos e permitindo a eles conciliar o tempo de estudo às atividades profissionais e de convivência social. O estudante EaD coordena seu processo de aprendizado, o que exige comprometimento, disciplina e organização.

Em tempos de muitas atribuições e alta velocidade na troca de informações, estudar no seu ritmo, no seu momento, no local escolhido e com apoio de profissionais experientes em determinada área do saber faz toda a diferença.

topo ↗

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Educação é a linha-mestra para transformações sociais

A educação e a cultura para os direitos humanos visam à formação de uma mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo que orienta a formação do sujeito de direitos, tem como objetivo combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de valores de liberdade, justiça e igualdade.

Um dos eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a educação e a cultura em direitos humanos tem como propósito possibilitar, desde a infância, a formação do sujeito de direito, priorizando as populações historicamente vulneráveis. Na Educação Básica, por exemplo, a troca de experiências entre crianças de diferentes raças e etnias fortalece o convívio pacífico. Conhecer o diferente é perder o medo do desconhecido, e estimula a formação de opiniões respeitadas, combatendo o preconceito, muitas vezes arraigado na própria família.

A educação possui o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la. Trata-se, então, de um direito de múltiplas faces: social, econômico e cultural. Social porque, em um contexto de comunidade, é a responsável por promover o desenvolvimento da personalidade. Econômico por favorecer a autossuficiência. E cultural porque a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos.

Aprender, como definiu o educador Paulo Freire, é um ato revolucionário. Por meio da educação, o indivíduo toma consciência de sua condição histórica, assume o controle de sua trajetória e conhece sua capacidade de mudar o mundo. Para o presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Leonardo Pinho, a escola é o elemento central na construção dessa transformação.

"Uma escola democrática, onde os professores impulsionem o espírito questionador. O professor passa um conteúdo e ajuda a refletir sobre. Essa escola é fundamental, pois fomenta esse sentido dos direitos civis e políticos", diz. Pinho destaca que os instrumentos de uma escola que assim trabalhe são fundamentais, pois é nela que se inicia a formação do cidadão. "Educação em direitos humanos precisa ser um conteúdo não só na Educação Básica, mas também no Ensino Superior. Não só nas ciências humanas, mas nas exatas também. A educação em direitos humanos deve ser transversal", observa.

Sendo assim, educar em direitos humanos é educar por meio da prática, da construção comunitária da cidadania. A educação tende a desenvolver que cada indivíduo seja capaz de perceber o outro em sua condição humana, acreditando que, dessa forma, possa contribuir para a construção da cidadania, de conhecimentos sobre os direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crença.

Presidente do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, o brasileiro Renato Zerbini Ribeiro acredita que, embora o ensino sobre direitos humanos seja fundamental, faltam colaboradores aptos para implementar essa prática.

"Precisamos de milhares de formadores, e não temos. A educação para os direitos

humanos deve ser emancipatória, no sentido de que os direitos humanos, como são de todos para todos, têm de estar em cada um para chegar à coletividade", afirma.

Coordenadora do curso de mestrado em Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), a professora Sandra Martini salienta a necessidade de a academia aprender a aprender. "Não podemos simplesmente ensinar. As práticas para a educação e DH não podem estar só em uma disciplina, têm que estar em todas. Eu fui construída historicamente para ser racista, e, quando me dou conta disso, consigo mudar. A educação tem que ser uma construção política", destaca.

Aos educadores, como definiu Paulo Freire, cabe ter em mente que as práticas educativas se dão em um contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político. E como evidenciou o educador Ricardo Ballestreri: "Só se educa em direitos humanos quem se humaniza, e só é possível investir completamente na humanização a partir de uma conduta humanizada".

topo ↕

O DIA - RJ - RIO

Quinquênio está garantido para 14 mil professores do Estado do Rio Governo concluiu análise de impacto financeiro e pagamento de adicional sairá em breve

Os 14.304 professores e demais servidores estaduais da Educação que aguardam, desde maio de 2018, o pagamento do quinquênio estão prestes a receber o complemento em seus salários. Segundo fontes da Coluna, a equipe econômica do governo fluminense encaminhou ontem à Secretaria Estadual de Educação um documento sobre a análise de impacto financeiro com a concessão do adicional por tempo de serviço a cada cinco anos em efetivo exercício.

Para garantir a progressão, a pasta vai gastar aproximadamente R\$ 30 milhões a mais por ano. Mas a Secretaria de Educação já vem absorvendo alguns impactos, como os provocados pela contratação de aprovados em concurso e pelo enquadramento por formação, com recursos próprios. São utilizadas, por exemplo, as verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ainda não foi decidido, no entanto, de que forma a Educação vai assegurar o pagamento, se com dinheiro do Tesouro estadual ou com verbas do orçamento da própria pasta.

Os próximos passos ainda serão definidos pelo governo. Mas vale ressaltar que qualquer medida que implique em acréscimo de despesas deve ser analisada pelos técnicos do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal. E esse estudo financeiro que acabou de chegar à Educação também é fruto de uma determinação do conselho, como a Coluna informou em 5 de agosto.

A liberação desse pagamento poderá trazer algum alívio para a categoria, principalmente depois de um susto que os servidores tomaram no último dia 15. Foi quando o governo publicou um decreto suspendendo os quinquênios aos educadores a partir daquela data, sob o argumento de inconstitucionalidade. A razão era de que os professores estaduais já tinham direito a outro adicional por tempo de serviço (o triênio), e o pagamento de dois benefícios da mesma natureza é proibido pela

Constituição.

Solução à vista

Mas, no dia seguinte, o Executivo suspendeu os efeitos do decreto. Agora, um grupo de trabalho da Secretaria Estadual de Educação encontra formas de acabar com esse imbróglgio jurídico. A ideia é incluir mais um critério — que não seja o tempo — para garantir o quinquênio. Os educadores defendem que esse requisito não seja por meritocracia.

topo ↕

O POPULAR - GO - CIDADES

Entorno tem 4º turno para suprir demanda

Das 50 escolas Padrão Século 21 em Goiás, prometidas para ser entregues no ano passado, de fevereiro a dezembro, apenas 16 ficaram prontas, de acordo com levantamento da Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

Das 34 unidades da rede estadual restantes, 24 estão com obras paradas, 4 em construção e 6 sequer saíram do papel. Antes disso, 29 escolas que seguem o modelo estavam ativas até o início de fevereiro do ano passado. Ao todo, as unidades que seguem o novo padrão atendem alunos de 12 municípios goianos. Enquanto isso, o governo do Estado tem gastos como aluguel de espaços para atender a demanda de alunos do ensino público.

Das unidades paralisadas, três estão com obras sem conclusão há quase 5 anos. Até o momento, não há previsão de retomada e, de acordo com a assessoria de imprensa da Seduc, o principal motivo para a situação são atrasos em pagamentos. Para resolver o problema, a secretaria garante que a atual gestão está conversando com as respectivas empresas para conseguir uma negociação .

Neste ano, até agora nenhuma escola Padrão Século 21 foi inaugurada. Entre as quatro que estão com obras em andamento, três atenderão alunos do município de Rio Verde, localizado a cerca de 220 km de Goiânia, e uma será entregue em Goianésia, a 168 km de distância da capital. A assessoria do órgão explica que em relação às seis escolas que não saíram da teoria até hoje, estas estão em processo de licitação ou em estudo de viabilidade.

ESTAGNADO

Reportagem do POPULAR de fevereiro de 2018 mostrava a promessa das 50 escolas, ainda na gestão anterior. Entretanto, após o mês de julho, nenhuma unidade escolar do modelo foi entregue no Estado. Com tanto tempo sem o modelo ser colocado em prática, a idealizadora do projeto, a arquiteta Emilze de Carvalho, afirma que torce pela continuação do programa e diz acreditar que a gestão atual da Seduc vai seguir com a implantação de novas escolas com o padrão que trouxe da Itália para cá.

“É um projeto sem partido político e atemporal” , defende. Emilze destaca a importância das escolas Padrão Século 21 não só para Goiás. “É algo bem sucedido, pioneiro que inspirou a implantação (do modelo) em todo o País e já existe há 15 anos em diversas partes do Brasil”, afirma. Ela lembra que em 2013, o Ministério da Educação (MEC) se interessou pela ideia e a adotou em âmbito nacional. Emilze explica que para elaborar o modelo, ela fez um estudo a respeito do construtivismo social, legado que trouxe da Europa.

“O modelo de arquitetura é baseado num projeto social de escola que promove a integração dos ambientes, dos alunos, dos professores, feito em torno de uma grande praça”, explica. A intenção, segundo ela, é trazer como diferencial, escolas mais acolhedoras. Já para o futuro ela avalia que a educação seguirá caminhos que busquem planos de inovação tecnológica nas salas de aulas.

Apesar disto, a arquiteta confessa que após tantos anos, algumas adaptações precisam ser feitas caso o projeto realmente não seja extinto. “Quando fiz o plano, ele estava seguindo as normas de acessibilidade antigas, por isto é preciso atualizar e algumas mudanças neste sentido precisam ser feitas”, esclarece. Para isto, ela revela que procurará apresentar o novo plano para alterar alguns pontos neste sentido.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

O que há por trás das falas do presidente?

Após oito meses de governo algo deve ser dito: o padrão comportamental do presidente é absolutamente coerente. Afinal não há uma semana sequer que não sejamos pegos “de assalto” por uma fala que não possa ser considerada intempestiva, pouco qualificada, desmedida, ou mesmo, inconveniente. São “tiros para todos os lados”, com a devida vênia. Ainda que “seu alvo predileto” seja um espectro político específico – a esquerda – e o episódio com os governadores do Nordeste é paradigmático[1], antigos aliados ou atuais colaboradores e parceiros também são “alvejados” por seu fel. Gustavo Bebian, Alberto Santos Cruz, Ricardo Vélez Rodrigues e Alexandre Frota são exemplos notáveis. Qual seria o próximo? Há quem aposte na pasta da Justiça, já os atos contra a autonomia da Receita Federal, da Polícia Federal e do extinto Coaf afetam diretamente o “superministro” Moro.

Entretanto, mesmo que seja típico de Bolsonaro personalizar os ataques embebidos com sua atrabilis, suas ações somenos muita vez causam espanto, já que diante de uma crise sem precedentes no emprego – os 13% são respeitáveis –, com uma saúde em frangalhos – o SUS está em perigo – e uma educação vilipendiada – é melhor nem comentar –, o presidente pauta seu dia a dia numa agenda completamente deslocada de problemas reais do País. Afora o fato de que paradoxalmente indo por esse caminho acaba por destruir algo que havia sido construído para o bem da população: velocidade nas estradas, cadeirinhas de criança nos automóveis, a questão dos armamentos, a embaixada para “o seu número 3”, o deputado Eduardo, censura na Ancine, as ONGs incendiárias, etc. Já nos habituamos ao blá-blá-blá, mas sexta-feira, 23 de agosto, houve um repique de painéis.

Limitasse Jair Messias Bolsonaro a operar ações apequenadas no cenário do comezinho nacional, menos pior, mas seus vitupérios e impropriedades internacionais solapam a tradição das relações exteriores brasileiras, respeitadíssima no concerto das nações. Desqualificar e vituperar o possível próximo presidente da Argentina, Alberto Fernández – “bandidos de esquerda começaram a voltar ao poder”[2] –, o cancelamento do encontro com o chanceler francês Jean-Yves Le Drian a fim de dar conta de sua “urgência capilar”[3], são alguns exemplos de como não fazer política internacional. Entretanto o pior haveria de vir: as bravatas contra a Alemanha de Angela Merkel[4] e a Noruega de Erna Solberg[5], com a questão do Fundo Amazônia, eram a ponta do iceberg que culminaria na maior crise internacional que o Brasil já vivenciou. Às vezes o “tiro sai pela culatra”. E isso um bom militar saberia. Sabe um miliciano qualquer.

Hoje estamos à beira de assistir ao malogro do acordo União Europeia e Mercosul que foi construído nos últimos anos. Mas vejamos. Embora nesse caso a boca-rota tenha levado a um grande problema, parece-me que no cotidiano suas falas encobrem uma estratégia de “governo” que se deseja Estado. Isso sim um problema terrível, quem não se lembra da aula de história: “L’État, c’est moi”?

Há quem diga que a boca de trapo desnuda idiosincrasias, outros afirmam despreparo, alhures afirmam que são “gozações”, “tiração de sarro”, mas Frota na semana passada foi um pouco mais forte, “um idiota ingrato que nada sabe”[6]. Em recente artigo no El País, Juan Arias afirma quanto à linguagem de Bolsonaro: “Desde o surgimento da psicanálise, e depois de Freud e Lacan, conhecemos muito bem o perigo contido na linguagem, que nunca é inocente, porque também revela o abismo do nosso interior. [...] Nada seria pior do que tomar suas bravatas e loucuras linguísticas como algo sem importância a que deveríamos nos acostumar. Pode ser trágico”[7]. Acredito exatamente nisso. Entretanto, assomo às falas certas ações que conspiram pari passu. Todo esse aparato que, aos olhos de pessoas esclarecidas, pode parecer apenas motivo de galhofa, é, antes de qualquer coisa, caso pensado, projeto estratégico, cortina de fumaça.

Porém não quero dizer que estas ações e falas de Bolsonaro não afetem o Brasil, não destruam aparelhos do Estado ou não limitem ações governamentais, mas, antes de quaisquer efeitos danosos maiores, essas obnubilam as reformas de cunho estrutural cuja característica primeira é a redução do Estado, o tornando ínfimo, como é do gosto ultraliberal. O que seguramente afeta a maior parte da população brasileira – somos um pobre país rico –, pois que essa depende de políticas de Estado em diversas esferas: saúde, educação, habitação, segurança, trabalho, previdência são apenas algumas.

O sucateamento das universidades federais e das duas agências federais de fomento, **Capes** e CNPq, literalmente aniquila o sistema de educação e de pesquisa no País. Não imaginemos que esse projeto está apenas limitado ao desprezo do presidente ao meio universitário por conta de uma agenda, pessoal, ideológico-religiosa – não que isso não exista. Na verdade, o “Future-se” é o “braço armado” do mercado na “guerrilha” contra a educação pública, principalmente com implemento das parcerias entre as IFES e as organizações sociais (OSs) que irão fraudar, fraturar, por fim, “eliminar” a autonomia universitária garantida nos artigos 205 e 206 da CF[8].

Por seu turno, reforma da Previdência, cuja “economia” para os cofres seria da ordem de 1 trilhão de reais, tem no estrato social daqueles que perfazem entre um a cinco salários mínimos – “os privilegiados” – a “economia” em torno de 600 bilhões de reais, que cumulada com o sistema de capitalização – esse “a menina dos olhos” de Paulo Guedes –, um presente ao mercado financeiro, não só diminuirão o tamanho do Estado, mas o entregarão à iniciativa privada, perpetuando as graves distâncias entre esse grupo – a maioria da população – e os super-ricos, esses, sim, intocados pela reforma previdenciária.

Devemos ficar atentos, pois “a mãe de todas as reformas”, como é conhecida, começa a tramitar no Congresso. Se a reforma tributária vier para qualificar a cobrança de impostos, amparando a premissa de “quem ganha mais, paga mais” seja implantada ou diferenciando os conceitos de salário e renda, regulando a aplicação dos recursos arrecadados, corrigindo as distorções da tabela do IRPF, criando novas alíquotas para os mais ricos, não creio que haverá alguém efetivamente contra, a não ser os privilegiados

pelo atual sistema tributário brasileiro que indubitavelmente existem. Mas, nas atuais circunstâncias, isso seria fechar um acordo com elfos e hobbits. Como não creio em seres, tanto pior...

Sintetizando, ainda que certas falas e atos de Bolsonaro possam e devam ser alvos de chacota como fez o deputado Marcelo Freixo[9] – perguntado se o presidente falaria dia sim, dia não apenas – quando da proposta daquele para redução da poluição ambiental[10]; ainda que algumas vezes possam se tornar um imbróglgio internacional com consequências devastadoras[11]; ainda que sinalizem muitas vezes para um desvio que, pautado por discurso moralizante, se associa ao escatológico e ao sexual[12], na maior parte das vezes seu discurso e sua ação são absolutamente descolados de algo útil ou eficaz para seu governo e para o Estado, entretanto ocupam um enorme espaço midiático, o que acaba por encetar desvio do olhar atento dos cidadãos para as reformas que estão claramente desestruturando o Estado brasileiro e que, certamente, irão produzir danos provavelmente duradouros.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

2% das propostas para mestrado são a distância

No primeiro edital que permite a oferta de pós-graduação stricto sensu EAD, a Capes recebeu 17 propostas dessa modalidade entre 652 cursos de mestrado e doutorado solicitados por instituições de ensino do País

No primeiro edital que permite a oferta de cursos de mestrado a distância, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebeu 17 propostas de pós-graduação stricto sensu EAD. O número corresponde a 2% do total de 652 propostas de programas de mestrado e doutorado enviados por instituições de ensino do País.

O prazo para envio das propostas terminou em 9 de agosto e segue a portaria nº 90, publicada em abril de 2019. O texto regulamenta os programas de pós-graduação stricto sensu a distância e permite a submissão de propostas nessa modalidade. Nesta primeira etapa, só programas de mestrado poderiam ser inscritos.

"O número revela a cautela das instituições ao propor cursos de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância e sinaliza a preocupação em garantir da qualidade dos cursos oferecidos", afirma Sônia Bão, diretora de avaliação da **Capes**. "Das 17 propostas, a maioria é oriunda de instituições já consolidadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação." Entre as propostas submetidas à **Capes**, duas se enquadram em Ciências da Vida, nove em Humanidades, uma em Exatas e cinco são multidisciplinares. Parte delas foi encaminhada por grandes grupos, como YDUQS (antiga Estácio), Ser Educacional e Cruzeiro do Sul Educacional.

O Ser Educacional protocolou solicitação para abertura de um curso de mestrado a distância em Administração para a Universidade da Amazônia (Unama). Para o próximo ano, pretende submeter propostas para cursos da Uninassau, do Recife, e da Universidade de Guarulhos - UNG/Univeritas.

"Isso na Região Norte, em especial devido à carência de programas no interior, é um grande avanço pois permitirá que, se aprovado pela **Capes**, o mestrado tenha um alcance maior, possibilitando que pessoas de cidades mais distantes possam realizá-lo", afirma Francislene Hasmann, diretora adjunta de regulação do grupo Ser Educacional.

Já o Grupo Cruzeiro do Sul apresentou uma proposta de mestrado em Estudos da Linguagem, por considerar a "demanda pela formação de quadros de qualidade para atuar no ensino básico" e sua experiência na modalidade EAD em Cursos de Graduação e de Pós-graduação Lato Sensu, incluindo programas na área de Letras. "O que será necessário, e sem dúvida será feito, é o desenvolvimento de novas abordagens mais adequadas a programas stricto sensu", afirma Tania Cristina Pithon-Curi, pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa.

Requisitos

De forma geral, a **Capes** pretende garantir a qualidade dos cursos stricto sensu a distância com alguns critérios que já valem para os cursos presenciais. Para os docentes, por exemplo, a exigência de produção intelectual continuará a mesma e o número de alunos por orientador será limitado. Atividades relacionadas a laboratórios e seminários integrativos, por exemplo, devem ser realizadas de forma presencial, o que pode ocorrer tanto na sede da instituição quanto em polos de ensino a distância pelo País. Além disso, podem oferecer pós stricto sensu EAD só instituições cuja nota no Índice Geral de Cursos (IGC) seja no mínimo 4 - o IGC vai de 0 a 5.

Apesar disso, os desafios já existentes em EAD não devem ser ignorados, ressalta o coordenador da área de Educação da **Capes**, Robert Verhine. "Não estamos entrando em área nova, sabemos que a graduação EAD tem muitos problemas. Andamos com muito cuidado para garantir que os cursos de pós sejam de qualidade e não para massificar. Queremos ir a lugares nos quais os presenciais não conseguem chegar."

Embates

A autorização para cursos de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância suscita discussões parecidas às que surgiram no início da oferta de cursos de graduação EAD, no início dos anos 2000. Hoje, duas décadas depois, algumas críticas parecem ter sido dirimidas, mas outras seguem em pauta.

O fato de o estudante não conseguir organizar o tempo para o aprendizado, por exemplo, é tópico descartado. É possível, sim, ter disciplina e cumprir o cronograma de estudos. As limitações tecnológicas que poderiam impedir o aprendizado também não entram em discussão.

O avanço de ferramentas como inteligência artificial e gamificação se mostram eficazes para potencializar o aprendizado. "As novas técnicas de ensino e aprendizagem e as novas tecnologias na área de educação a distância tornaram o EAD uma modalidade mais rica em termos de experiência", afirma Nelson Boni, conselheiro da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Dúvidas

Por outro lado, algumas críticas persistem, como o fato de o ensino a distância tirar do aluno uma vivência presencial importante, a discussão sobre a formação dos professores ou tutores e as ressalvas quanto a áreas que não devam entrar na modalidade. São esses os pontos que reaparecem agora no debate sobre o stricto sensu a distância.

"Se há algo fundamental, principalmente na pós-graduação, que visa a produção de conhecimento, é a vivência no ambiente físico da instituição, a humanização do

processo de ensino e aprendizagem", afirma Antônio Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). "Entendemos que a educação a distância deveria ser mais uma ferramenta, não ocupar o espaço do ensino presencial."

Gonçalves também critica a determinação do IGC - formado pela média ponderada de notas de graduação e pós-graduação da instituição - como pré-requisito principal para os cursos que podem enviar propostas. "O índice não é garantidor de uma real qualidade dos cursos. Não se consideram diversos aspectos, como a relevância e o impacto social do programa."

Com relação à formação do corpo docente, o artigo 20 da portaria tem gerado diferentes interpretações. O texto diz que a relação de professores, além dos docentes permanentes, "poderá incluir outras categorias, conforme legislação em vigor". Gonçalves, da Andes, considera uma possibilidade de precarizar o trabalho dos professores: "É possível interpretar o artigo como permissão para contratar um docente horista em qualquer instituição. Isso é bem negativo".

O coordenador da área de Educação da **Capes**, Robert Verhine, afirma que há uma abertura para ideias novas surgirem, sem excluir nenhuma possibilidade. "As categorias permitidas são docentes permanentes, colaboradores e visitantes. Porém, acreditamos que pode ocorrer no futuro uma mudança de tipos de categoria e, por isso, deixamos o ponto em aberto. Por exemplo, poderia se pensar na inclusão de tutores, como existem na graduação."

Para entender

O processo que culminou na portaria 90 da **Capes**, de abril deste ano, começou em 2017. Em maio daquele ano, o Decreto nº 9.057 regulamentou o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Base da Educação), referente ao ensino a distância, e preconizou em seu artigo 18 que a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância ficaria condicionada à recomendação da **Capes**, observadas as diretrizes e os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Em dezembro de 2017, A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) publicou a Resolução nº 7, estabelecendo normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. Em seu artigo 3º, estabeleceu que as instituições credenciadas para a oferta de cursos a distância poderiam propor programas de mestrado e doutorado na modalidade e definiu que caberia à **Capes** a definição dos procedimentos avaliativos.

Já em 2018, a **Capes** instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de fornecer subsídios para a regulamentação da Educação a Distância (EaD) nos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. Dessa atividade resultou a produção da Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019, que regulamenta os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância, abrindo, assim, a possibilidade de submissão de propostas de cursos novos nessa modalidade exclusivamente para o mestrado. Somente após o primeiro ciclo avaliativo da implementação e avaliação dos programas de mestrado a distância, com renovação do reconhecimento e no mínimo nota 4, é que a instituição poderá solicitar a criação do doutorado.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Número de participantes no Encceja é recorde, diz Weintraub

Ministro vê aplicação do exame como um teste para o Enem

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), aplicado no último domingo (25), contou com a presença de mais de 1,1 milhão de pessoas. Foram 1.185.945 jovens e adultos que fizeram o exame em 5.839 locais de prova em 613 municípios.

O número de presentes é um recorde para o exame, segundo o Ministério da Educação (MEC), mesmo com um alto índice de abstenção: quase 3 milhões de pessoas se inscreveram para o exame. Os gabaritos serão divulgados no dia 6 setembro e o resultado das provas sairá em dezembro, ainda sem dia definido.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, considerou a aplicação um sucesso. “Tudo correu bem, foi o índice mais baixo que tivemos de eventuais pequenos problemas. A estrutura e a máquina estão funcionando perfeitamente. O sucesso do Encceja é uma prova de que tudo está dentro do que esperávamos. É um teste para o que vem para o Enem”. O ministro concedeu entrevista coletiva na tarde desta segunda-feira (26), em Brasília.

Aqueles inscritos que se sentiram prejudicados de alguma maneira na aplicação das provas e desejarem apresentar recurso, deverão fazê-lo até a próxima sexta-feira (30). O recurso deverá ser feito no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Weintraub e o presidente do Inep, Alexandre Lopes, exaltaram a tranquilidade na realização das provas. Lopes destacou apenas duas ocorrências. Em uma delas, um veículo dos Correios foi furtado antes da entrega das provas em Mato Grosso do Sul, mas a Polícia Militar recuperou o veículo a tempo, bem como as provas, que estavam intactas e aptas para serem utilizadas no exame.

A outra ocorrência destacada pelo presidente do Inep foi a queda de energia em uma escola em Sergipe. Por isso, não foi possível a realização do exame, que será reaplicado naquele local de prova.

Weintraub e Lopes ressaltaram que o baixo índice de problemas no Encceja é um bom indicador para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcado para o início de novembro, apesar da diferença de perfil dos dois exames. “O Enem tem a questão da fraude, porque você tem as vagas fixas. No Encceja não existe a disputa. [...] Em termos de logística o Enem envolve mais segurança física. Mas tirando essa única questão, são muito próximas as complexidades [dos dois exames]”.

O Encceja é voltado para pessoas que não terminaram os estudos na idade adequada e desejam obter a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio. Lopes destacou que a maior parte dos interessados no exame pretende melhorar sua situação profissional. “A gente observa que a maior parte das pessoas busca essa certificação para obter uma maior qualidade no seu emprego, buscam a certificação para fins profissionais”.

Uma inovação apresentada no Encceja e que também estará no Enem é o maior controle

no que diz respeito a telefones celulares. A recomendação é pelo total desligamento do aparelho durante o exame, mesmo que esteja lacrado em um saco de pertences do candidato. “Houve casos de celulares que tocaram e, mesmo estando dentro do saco, o candidato foi eliminado”, disse Lopes.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Entidades médicas pedem demissão do secretário de Educação do MEC Para a Associação Médica Brasileira (AMB) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), Arnaldo Barbosa de Lima Júnior prevaricou ignorando denúncias de revalidação de diplomas de Medicina

BRASÍLIA – Entidades médicas pediram ao presidente Jair Bolsonaro a demissão do secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, em ofício enviado pela Associação Médica Brasileira (AMB) e o Conselho Federal de Medicina (CFM). A alegação é que o secretário prevaricou ao ignorar denúncias apresentadas sobre irregularidades em processos de revalidação de diplomas de Medicina envolvendo universidades públicas e instituições privadas.

De acordo com as entidades, denúncias entregues em maio ao secretário mostram que "o esquema bilionário criou facilidades para que egressos de cursos de medicina no exterior consigam a habilitação para atuar no Brasil mesmo sem ter sido aprovados em nenhum exame ou prova que avalie conhecimento teórico ou prático na área médica".

Mesmo após apresentação das denúncias, segundo a AMB, Arnaldo Júnior apresentou proposta de estender o processo de revalidação de diplomas médicos às universidades particulares. Na avaliação das entidades, a medida tornará o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) "figurativo" e também coloca "os futuros pacientes em risco".

“A sanha do secretário é tamanha que ele se declarou disposto a promover mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sem as quais não é viável legalmente incluir as universidades privadas na revalidação de diplomas. Vale lembrar que a proposta está em total desacordo com o que foi prometido pelo presidente da República Jair Bolsonaro em reunião com a AMB e o CFM, quando deixou claro que defenderia a revalidação justa, sem artifícios ou facilitações”, diz o texto.

O pedido também tem o aval da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), Federação Médica Brasileira (FMB) e Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR). O ofício pedindo a demissão do secretário foi enviado ao Planalto na última sexta-feira.

No mês passado, após o anúncio de mudanças na validação de diplomas de medicina, a AMB afirmou que iria acionar à Justiça. A entidade não concorda que universidades privadas façam a complementação curricular, sob alegação de que a medida fere a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Atualmente, é possível obter a validação de diplomas de Medicina obtidos no exterior por meio de dois caminhos: pelo Revalida, exame composto de duas etapas (teórica e prática), ou diretamente em algumas universidades públicas que abrem editais próprios. Neles, são analisadas as disciplinas cursadas fora do país e pode ser exigida a complementação curricular.

Ministério da Educação

O Ministério da Educação afirmou, em nota, que "toda e qualquer denúncia será tratada pela Ouvidoria e, caso sejam constatados elementos mínimos para o prosseguimento do processo, haverá o devido encaminhamento aos órgãos competentes para apuração do caso".

De acordo com o MEC, foi criado no dia 15 de maio de 2019, um grupo de trabalho para estudar e propor mudanças ao atual Revalida, "com o objetivo de conferir maior periodicidade, transparência e lisura aos processos de revalidação de diplomas médicos". O prazo para conclusão do grupo de trabalho foi prorrogado, conforme Portaria nº 23 de 23 de agosto de 2019, e o ABM e o CFM foram convidados a compor o grupo, "haja vista o respeito e o reconhecimento à importância de tais agentes na discussão do assunto".

"O Ministério atua na construção de uma solução que fortaleça o procedimento de revalidação dos diplomas médicos, de modo a garantir uma medicina séria e de qualidade para toda a população brasileira", finaliza a nota.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Seminário sobre Fundeb debate futuro dos recursos na educação básica Fundo é a principal fonte de financiamento da educação básica brasileira e expira em 2020. Especialista criticou a falta de informações por parte do governo

Mecanismo de redistribuição de recursos destinados à educação básica, o Fundeb está em vigor desde 2007 e expirará em 2020. Pensando nisto, o auditório do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) recebeu quatro especialistas da educação na tarde desta segunda (26/8) no auditório da faculdade. Em seminário, eles apresentaram pontos importantes para a continuidade e renovação do fundo.

O seminário ajuda a esclarecer distintos pontos de vista sobre o tema para facilitar a tomada de decisões de uma maneira mais informada. "Foi um debate propositivo, que trouxe de uma maneira cristalina as diferentes posições para quem quer entender como realmente está o campo educacional", afirmou Caio Callegari, da organização Todos Pela Educação. Organizado pela Associação de Jornalistas de Educação, o evento também visou ajudar os profissionais desse ramo no dia a dia da profissão, mostrando dados atualizados da educação básica no país.

Hoje, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é a principal fonte de financiamento da educação básica brasileira e garante 85% do custo por aluno na rede pública. Para ilustrar um pouco a importância dele, José Marcelino Pinto, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, explica: "Mais de 20 bilhões de reais são transferidos das redes estaduais para as municipais, pois os alunos foram transferidos. Se o fundo acabasse, os recursos voltariam para os estados e os alunos ficariam no município, que em alguns casos, disporiam de apenas R\$ 30,00 por estudante."

José Marcelino Pinto acredita que a educação ainda é um tema pouco pautado e critica a atuação do Ministério da Educação, que, segundo ele, não tem cumprido com o seu papel de mostrar os dados reais que a pasta tem que enfrentar. Marcelino ajudou na criação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), mecanismo que avalia o valor mínimo necessário para a melhoria da qualidade da educação brasileira, e para ele, o

valor proposto pelo MEC não é suficiente.

Em defesa do ministério, Sylvia Gouveia, representante do Fundo de Desenvolvimento da Educação do MEC, explicou que há um núcleo estudando custos e analisando o CAQi para sugerir um valor somente após comprovação de dados.

O seminário foi transmitido ao vivo pelo canal do Jeduca, no Youtube, e pode ser conferido na íntegra.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Encceja 2019 tem recorde de participantes

Mais de um milhão de candidatos de 613 municípios de todo o país realizaram a prova. O número de participantes deste ano é 45% maior do que o de 2018.

Neste ano, 1.185.945 jovens e adultos realizaram o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Foi a maior participação já registrada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Apesar disso, o número representa apenas 39,9% do total de inscritos.

Para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a ausência é um reflexo da gratuidade do exame. "A lei determina que a gente não cobre das pessoas que fazem a prova. Então é um custo direto para o pagador de imposto, não para quem faz a prova. Daí explica também a alta abstenção. O custo para a pessoa não fazer a prova é mínimo", afirmou.

Apenas duas irregularidades foram registradas durante a aplicação da prova no dia 25 de agosto. "A primeira foi um furto de um veículo dos Correios antes da entrega das provas, mas o veículo foi recuperado pela Polícia Militar, em Mato Grosso do Sul, e os malotes estavam intactos e foram entregues antes mesmo dos portões serem abertos", explicou Alexandre Lopes, presidente do Inep, órgão responsável pela organização da prova.

O segundo contratempo aconteceu em Sergipe. Uma escola sofreu com falta de energia e os alunos não conseguiram terminar a prova. Nesses casos, a reaplicação será nos dias 8 e 9 de outubro, mesmo período da aplicação do exame para as pessoas privadas de liberdade (PPL).

Ainda assim, o ministro considera que o Encceja deste ano é uma prova de que a estrutura está funcionando. "Ocorreu o menor índice de falhas da história de todas as aplicações, apesar do crescimento do número de inscritos e do número de pessoas que realizaram a prova, não teve falhas do MEC no processo (...) O Encceja foi um sucesso, é um teste para o que vem para o Enem", afirmou.

Datas

A previsão é que os gabaritos já estejam no portal do Inep até o dia 6 de setembro. Os resultados serão divulgados em dezembro.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC comemora sucesso no Encceja, "teste" para o Enem

Em preparação para aplicar – em novembro – o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do atual governo, o Ministério da Educação celebra o sucesso em uma

prova menor, mas que serve de “teste”, de acordo com o ministro da pasta, Abraham Weintraub.

“Correu tudo bem no Encceja e ficamos satisfeitos, estamos confiantes em um bom Enem”, disse o ministro ao comentar o Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), aplicada no último domingo (25/08/2019) em 613 cidades do Brasil.

A prova serve para quem busca um título de escolaridade, independentemente de ter frequentado a escola algum dia. Candidatos com 15 anos completos podem buscar o certificado de ensino fundamental e quem tem 18 anos ou mais pode tentar o certificado de ensino médio. A edição deste ano teve 2.973.375 inscritos, 75% a mais do que no ano passado. Deles, 356.326 desejam obter o certificado de conclusão do ensino fundamental e 2.331.799, do ensino médio.

Fizeram efetivamente a prova 1.185.945 pessoas, uma abstenção altíssima, de 60,1%, explicada, segundo Weintraub, pelo fato de não haver taxa de inscrição. “A lei nos obriga a fazer sem custo para o candidato. Quem paga é o pagador de impostos, mas buscamos economizar”, disse.

Preparação

O Enem é bem maior que o Encceja. Para a prova deste ano, prevista para ser aplicada em dois domingos de novembro, estão inscritos 6.384.957 candidatos. Apesar disso, o ministro acredita que o Encceja apontou para o caminho a ser seguido. “Em vários aspectos, como o volume de impressão, o Encceja é maior que o Enem e fomos bem, não tivemos problemas nos processos feitos pelo MEC”, disse ele.

Até 2016, era possível conseguir o certificado de conclusão do ensino médio pela prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mas essa opção não existe mais, restando apenas o Encceja para esse objetivo.

Tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, o exame é composto por quatro provas objetivas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha, e uma redação. São aplicadas provas de ciências naturais, matemática, português, língua estrangeira e redação.

A redação, para o exame de nível fundamental, foi sobre “Novas formas de consumo consciente”. Já os candidatos a um título do ensino médio escreveram sobre “A organização do tempo e o acesso às redes sociais”.

Problemas

Houve uma ocorrência policial envolvendo a prova: um carro dos Correios com pacotes de provas foi furtado na madrugada de domingo (25/08/2019) em Três Lagos (MS). O veículo foi encontrado tombado em uma área isolada da cidade e – segundo a polícia – com os pacotes intactos.

Já em uma escola de Sergipe faltou luz e um grupo de candidatos terá de refazer o teste.

O resultado da prova sai em dezembro.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Empregabilidade é principal fator na escolha do curso superior, revela pesquisa Estudo foi realizado com mais de 4 mil estudantes inscritos para a Mostra de Profissões da Universidade Positivo

Uma pesquisa realizada pela Universidade Positivo, de Curitiba (PR), revelou que 46% dos estudantes do Ensino Médio escolhem o curso superior com a expectativa de, ao sair da Graduação, conseguir um emprego. O estudo foi feito com 4.310 estudantes inscritos para a Mostra de Profissões da instituição, que aconteceu em agosto. Além disso, a pesquisa mostra que 35% dos vestibulandos escolhem o curso para realizar um objetivo pessoal. Ter um bom salário aparece em terceiro lugar, com 15%.

Por outro lado, dados dos Ipea mostram que 46,6% das pessoas com curso universitário não estão atuando na profissão para a qual se prepararam por quatro, cinco, ou até sete anos. Para o economista e reitor da Universidade Positivo, José Pio Martins, a taxa de aderência - procedimento estatístico que calcula qual o percentual de diplomados em curso superior que trabalha na profissão de sua diplomação - vem caindo por algumas razões. "O mundo de trabalho tornou-se complexo, a tecnologia muda e evolui constantemente, a população cresce aceleradamente no mundo, as famílias mudam de residência com mais frequência, e tudo isso faz que as pessoas acabem trabalhando em profissões e tarefas diferentes de sua formação, ou por necessidade ou por opção" explica.

De acordo com Pio Martins, outro motivo tem relação com a dificuldade do jovem em escolher uma profissão para o resto da vida quando entra em um curso superior. "A expectativa média de vida vem aumentando - no Brasil, já passa dos 75 anos. É quase cruel para um jovem, geralmente antes dos 20 anos de idade, definir o curso. Por isso, será cada vez maior o número de pessoas que terão mais de uma profissão ao longo da vida ou mesmo mudarão por não terem se adaptado à profissão que escolheram com idade tão jovem" completa.

Além disso, outra razão que explica a diminuição da taxa de aderência é o desperdício de força de trabalho no Brasil. Segundo o economista, o país tem 104 milhões de pessoas em condições de trabalhar; cerca de 12 milhões trabalham no setor estatal; 78 milhões no setor privado e há ainda 12,8 milhões de desempregados e 7,4 milhões de subempregados (os que trabalham em tempo parcial). "Quando isso acontece, as pessoas procuram desesperadamente trabalhar em profissões e tarefas que encontram, não importa em que profissão se formaram. Muitos desistem de trabalhar como empregados e empreendem algum negócio próprio, muitas vezes em atividades diferentes de seu diploma. Aliás, é por isso que o curso superior deve formar o aluno para trabalhar tanto como empregado quanto como empreendedor de negócio próprio ou autônomo", finaliza.

Com mais de 50 cursos à disposição, a grande maioria dos estudantes está indecisa quanto à escolha do curso (33%) - um aumento de 409% se comparado com a pesquisa do ano anterior - respondida por 4.331 estudantes. A pesquisa desse ano também mostrou que Medicina ainda é o curso mais procurado (4,5%), seguido por Psicologia (3,5%), Direito (2,9%), e Biomedicina (2,2%).

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de

mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 60 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com três unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 60 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Número de participantes no Enceja é recorde, diz Weintraub

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), aplicado no último domingo (25), contou com a presença de mais de 1,1 milhão de pessoas. Foram 1.185.945 jovens e adultos que fizeram o exame em 5.839 locais de prova em 613 municípios.

O número de presentes é um recorde para o exame, segundo o Ministério da Educação (MEC), mesmo com um alto índice de abstenção: quase 3 milhões de pessoas se inscreveram para o exame. Os gabaritos serão divulgados no dia 6 setembro e o resultado das provas sairá em dezembro, ainda sem dia definido.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, considerou a aplicação um sucesso. "Tudo correu bem, foi o índice mais baixo que tivemos de eventuais pequenos problemas. A estrutura e a máquina estão funcionando perfeitamente. O sucesso do Enceja é uma prova de que tudo está dentro do que esperávamos. É um teste para o que vem para o Enem". O ministro concedeu entrevista coletiva na tarde desta segunda-feira (26), em Brasília.

Aqueles inscritos que se sentiram prejudicados de alguma maneira na aplicação das provas e desejarem apresentar recurso, deverão fazê-lo até a próxima sexta-feira (30). O recurso deverá ser feito no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, fazem balanço sobre o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e - Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Weintraub e o presidente do Inep, Alexandre Lopes, exaltaram a tranquilidade na realização das provas. Lopes destacou apenas duas ocorrências. Em uma delas, um veículo dos Correios foi furtado antes da entrega das provas em Mato Grosso do Sul, mas a Polícia Militar recuperou o veículo a tempo, bem como as provas, que estavam intactas e aptas para serem utilizadas no exame.

A outra ocorrência destacada pelo presidente do Inep foi a queda de energia em uma escola em Sergipe. Por isso, não foi possível a realização do exame, que será reaplicado naquele local de prova.

Weintraub e Lopes ressaltaram que o baixo índice de problemas no Enceja é um bom indicador para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcado para o início de novembro, apesar da diferença de perfil dos dois exames. "O Enem tem a questão da fraude, porque você tem as vagas fixas. No Enceja não existe a disputa. [...] Em termos de logística o Enem envolve mais segurança física. Mas tirando essa única questão, são muito próximas as complexidades [dos dois exames]".

O Enceja é voltado para pessoas que não terminaram os estudos na idade adequada e desejam obter a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio. Lopes destacou que a maior parte dos interessados no exame pretende melhorar sua situação profissional. "A gente observa que a maior parte das pessoas busca essa certificação para obter uma maior qualidade no seu emprego, buscam a certificação para fins profissionais".

Uma inovação apresentada no Enceja e que também estará no Enem é o maior controle no que diz respeito a telefones celulares. A recomendação é pelo total desligamento do aparelho durante o exame, mesmo que esteja lacrado em um saco de pertences do candidato. "Houve casos de celulares que tocaram e, mesmo estando dentro do saco, o candidato foi eliminado", disse Lopes.

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Sob risco de colapso, CNPq financia um terço da ciência nacional

Levantamento feito pela Folha mostra que ciências exatas e da terra podem ser as mais afetadas por falta de verba

Pelo menos seis em cada dez trabalhos de brasileiros publicados em 2017 com aporte de recursos de agências de fomento à ciência tiveram verba do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – agência federal ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, sem recursos, pode ser paralisada nas próximas semanas.

As informações foram coletadas na base internacional de periódicos Web of Science, a mesma utilizada na coleta de dados do RUF (Ranking Universitário Folha). Foram considerados os estudos científicos publicados em 2017 com pelo menos um autor ligado a instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Quem informa se o estudo publicado teve apoio de agências de fomento são os próprios autores.

Os dados mostram 21.569 novos trabalhos acadêmicos de pesquisadores do Brasil desenvolvidos com verba do CNPq em 2017. Isso representa um terço de toda a ciência do país no mesmo ano. Para se ter uma ideia, são quase 60 novos trabalhos por dia de cientistas brasileiros com participação da agência federal.

Em um deles, por exemplo, os pesquisadores brasileiros exploraram a aplicação de células-tronco em doenças cardíacas -- a principal causa de morte no Brasil. Apenas em 2017, há 51 estudos novos especificamente sobre zika vírus com financiamento do CNPq. Praticamente uma nova descoberta sobre a doença por semana.

A verba destinada a essas pesquisas pode, por exemplo, ter sido usada para comprar insumos e equipamentos de laboratório para experimentos. O CNPq também paga diretamente bolsas de pesquisa a pós-graduandos – uma espécie de salário para que cientistas em formação se dediquem exclusivamente a suas pesquisas. Um bolsista de

doutorado recebe R\$ 2.200 mensais do CNPq. O valor não é reajustado há seis anos.

O problema é que o CNPq não terá mais recursos, a partir de setembro, para pagar os cerca de 80 mil bolsistas financiados pelo órgão. Antes disso, o órgão já havia congelado as bolsas "especiais", voltadas para quem já é cientista e tem alto nível de produção acadêmica, caso de quem está no pós doutorado. O aporte à realização eventos científicos também foi suspenso.

O colapso do CNPq prejudica sobretudo as pesquisas nas chamadas ciências duras – justamente as áreas que o governo tem destacado como prioridade no país. Quase metade dos trabalhos em ciências exatas e da terra publicados em 2017 com aporte de recursos de agências de fomento à ciência tiveram verba do CNPq. Essa taxa cai para 13% no caso das ciências humanas

Além da paralisação de pesquisas essenciais para o desenvolvimento do país, o possível corte de bolsas de pesquisa podem levar à fuga de capital humano. Trata-se da expulsão de pós-graduandos e de cientistas já formados no país, inclusive com dinheiro público, que saem atrás de recursos para fazer ciência em instituições estrangeiras.

Criado com pompa e ligado diretamente à presidência da república, em 1951, o CNPq tem sofrido cortes de verbas importantes nos últimos anos. Hoje, o orçamento do órgão é cerca de metade de 2012, quando estava na casa de R\$ 1,8 bilhão.

Em abaixo-assinado online, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) solicita um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

O documento também se manifesta contra a extinção do CNPq. Nos bastidores do governo, há rumores de que CNPq e **Capex** (agência voltada ao desenvolvimento da pós-graduação, ligada ao MEC) sejam fundidas em um único órgão –que não se sabe se ficaria sob o guarda-chuva do ministério de Educação ou de Ciência.

Sabine Righetti

Pesquisadora-docente da Unicamp e coordenadora acadêmica e membro do conselho consultivo do RUF (Ranking Universitário Folha)

Estêvão Gamba

Doutor em ciências pela Unifesp e estatístico responsável pelo RUF

[topo](#)

CORREIO DA AMAZÔNIA - AM - TEMPO REAL

IComp – Instituto de Computação da UFAM

O Instituto de Computação (IComp), antigo Departamento de Ciência da Computação (DCC), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) distingue-se por um detalhe de alta relevância: seu corpo docente, formado por 35 professores, dos quais 34 (97%) são doutores. Todos da área de computação, atuantes em setores vitais de qualquer universidade: ensino, pesquisa e extensão, além de atividades administrativas.

No departamento de graduação são mantidos cursos de Ciência da Computação e Engenharia de Software. Na pós-graduação, atua nos cursos de Mestrado e Doutorado em Informática do Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI). Também

atende demandas de outras áreas da Universidade, por exemplo, destacando professores para atuar no Curso de Mestrado em Engenharia Elétrica, contribuindo expressivamente para elevar o grau de excelência de outros programas de pós-graduação da UFAM.

De acordo com a professora e diretora do IComp, Tanara Lauschner, na pesquisa o Instituto distingue-se em nove áreas da computação, distribuídas em seis grupos, cada um com seu laboratório exclusivo: Banco de dados e Recuperação de Informação, Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos, Inteligência Artificial, Algoritmos, Otimização e Complexidade Computacional, Visão Computacional e Robótica e Sistemas Embarcados e Engenharia de Software. Todas essas áreas são essenciais para o desenvolvimento de uma Indústria 4.0, estágio que Polo Industrial de Manaus (PIM) terá que necessariamente se ajustar tendo em vista a forte competição internacional que avança a cada ano, a cada mês, a cada dia.

Na extensão o IComp opera em projetos voltados à preparação de alunos do Ensino Médio em programação computacional. Contribui fortemente, por outro lado, para o aumento do número de mulheres em no setor de TI (Tecnologia da Informação), por meio do movimento Cunhantã Digital. Coordena o Ponto de Presença da Internet no Amazonas (PoP/AM) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), dedicando-se também na elaboração de projetos de P&D em parceria com empresas, além de manter uma incubadora de startups.

A propósito, o Instituto desenvolveu vasta experiência na área de empreendedorismo de base tecnológica, destacando-se que a startup Neemu, do setor de e-commerce, fundada ao abrigo do ICOMP, foi comprada, em 2015, por R\$ 55,5 milhões pela Linx, empresa brasileira sediada em S. Paulo, líder em tecnologia para o mercado de software de gestão no setor varejista.

A diretora do IComp salienta que, “ao longo dos anos, o que manteve e fez com que o IComp chegasse ao nível de excelência em que nos encontramos foi a captação de recursos de agências governamentais: CAPES, CNPq, SUFRAMA (recurso próprio), FINEP e FAPEAM”. A mudança da Lei de informática, que obriga o aporte de 0,4% de seu recursos em ICTs públicos, por outro lado, “fez com que sejamos agora mais procurados para fazer projetos com empresas no âmbito desta lei.

Embora tivéssemos muita qualificação e credenciamento junto ao CAPDA, nosso padrão não se alinhava aos interesses das empresas em investir em P&D no ICOMP”. Observe-se, entretanto, que a burocracia associada a uma universidade federal para receber recursos é muito grande, o que também compromete, conclui.

Superada a fase de desconfiança, afirma Lauschner, “hoje o IComp desenvolve projeto com a Samsung da ordem de R\$ 2, 5 milhões em apoio ao nosso mestrado, e um na área de pesquisa em vias de ser assinado de aproximadamente R\$ 1.200.000,00. Há conversas sobre um novo projeto a ser implantado a partir de 2020 que deverá se estender por cinco anos”. Nossas start-ups também recebem recursos de investidores sem que, entretanto, o ICOMP os intermediem.

Os contratos são negociados diretamente no CNPJ da empresa incubada. Há importantes fundos nacionais e internacionais investindo nas empresas incubadas no

IComp, IComp, Ocean-Samsung, Sidia, UEA, deverão certamente, constituir a base tecnológica do PIM 4.0.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

UFMG aprova proposta para criar autoavaliação da sua pós-graduação

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) aprovou proposta para criar um programa de autoavaliação da pós-graduação da UFMG. O objetivo é construir, até 2021, um processo com metodologia própria e unificada.

De acordo com o professor Fábio Alves, pró-reitor de pós-graduação da UFMG, o processo não precisa passar pelo Conselho Universitário e já está pronto para entrar em vigor. “Nosso próximo passo é constituir uma comissão de avaliação diagnóstica, que começa a trabalhar em setembro, com prazo de um ano”, explica.

Segundo a UFMG, o grupo contará com representantes dos três grandes colégios do conhecimento: ciências exatas e engenharias; saúde e ciências biológicas; ciências humanas, ciências sociais aplicadas, letras e artes.

Fábio Alves lembra que a UFMG realizou duas grandes avaliações institucionais de sua pós-graduação na história recente: uma, de 1987 e 1989, e outra em 2005 e 2006. Contudo, foram trabalhos pontuais, que não tiveram continuidade.

Agora, a ideia é implementar a autoavaliação da pós-graduação da UFMG como processo permanente e regular, paralelo à avaliação quadrienal conduzida pela **Capex**. “A intenção é que essa comissão nos entregue seu relatório em dezembro de 2020. Em seguida, será criada uma comissão permanente de autoavaliação”, afirma.

Segundo Fábio Alves, a partir do quadriênio 2017-2020, a autoavaliação dos programas de pós-graduação – assim como a estrutura dos programas – passou a ser um quesito pontuado na avaliação da **Capex**, o que reitera a importância da implantação coordenada do projeto.

“O objetivo final é fortalecer a Universidade, possibilitando que ela estabeleça e cumpra um planejamento estratégico de médio e longo prazo para a sua pós-graduação”, diz o pró-reitor.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

ANPG publica nota pedindo reversão da medida que corta bolsas

Em nota, a entidade pede reversão da portaria 424, de 21 de agosto de 2019. “É urgente a reversão dessa medida austera pelo Governo Federal que atinge em cheio não apenas o futuro da ciência e do Brasil, mas retira todas as garantias de sobrevivência e permanência do pós-graduando na realização de suas obrigações acadêmicas em um cotidiano de formação profissional continuada em que já temos que responder a falta de condições de estudo e bolsa com valor defasado”, afirma o texto

Veja o texto na íntegra:

Bolsonaro deprecia a atividade de pesquisa no País

A Associação Nacional de Pós-Graduandos repudia veementemente mais uma ação do

governo Bolsonaro em depreciar a atividade de pesquisa no país. Fruto de uma política de austeridade fiscal sem projeto de desenvolvimento nacional, o Ministro da Economia publica na portaria 424, de 21 de agosto de 2019, a redução de no mínimo 25% das bolsas de estudos e auxílio para estudo e pesquisa vinculadas ao ministério, suas autarquias e fundações vinculadas. Embora a portaria não deixe claro se se refere aos valores ou quantidades, esse cenário atinge, entre outras, as bolsas de pós-graduação vinculadas a Instituição como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituições fundamentais para o conhecimento da economia e sociedade brasileira.

A ANPG repudia qualquer medida que desvalorize o pesquisador brasileiro e deprecie as já desvalorizadas bolsas de estudos, sem reajuste desde 2013.

Nesse sentido, é urgente a reversão dessa medida austera pelo Governo Federal que atinge em cheio não apenas o futuro da ciência e do Brasil, mas retira todas as garantias de sobrevivência e permanência do pós-graduando na realização de suas obrigações acadêmicas em um cotidiano de formação profissional continuada em que já temos que responder a falta de condições de estudo e bolsa com valor defasado. Além disso, essa medida não pode significar posteriores cortes nos valores das bolsas vinculadas a outros ministérios, como as das agências de fomento da pós-graduação CAPES e CNPq. É preciso diariamente reafirmarmos a luta pela valorização das bolsas, da pesquisa e da educação no país. Por isso, a ANPG convoca a todos os brasileiros a se juntarem ao movimento estudantil e educacional no próximo dia 07 de setembro. No dia que comemoramos a independência do Brasil, também será um dia de resistência e de luta pelo Brasil e pelos brasileiros!

ANPG

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

III Fórum Anual do CONFAP divulga a carta aberta “O Desenvolvimento Nacional passa pelo CNPq”

“Sem o CNPq o Brasil não teria alcançado um patamar de conhecimento científico e acumulado um know how em diversas áreas, com respeitado crédito internacional”, defende a entidade em documento

O Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), organização sem fins lucrativos criada em 25 de abril de 2006 para promover uma melhor articulação dos interesses das 26 agências locais de fomento (FAPs) à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), tem acompanhado com muita preocupação o movimento de contingenciamentos e bloqueios de recursos federais dos ministérios e órgãos responsáveis pelas políticas nacional de Educação e CT&I.

Nos últimos anos o CONFAP estabeleceu uma série de parcerias e cooperações com o governo federal, através de suas agências CNPq, CAPES e FINEP. Também, alguns ministérios assumiram um papel muito importante no fomento e financiamento do desenvolvimento científico com ecossistemas locais de CT&I, a exemplo das parcerias das FAPs com o Ministério da Saúde, mais especificamente sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos para Saúde.

Nessas circunstâncias os governos estaduais, através de suas Fundações de Amparo à

Pesquisa, estabeleceram vínculos de trabalho e operacionalidade de estratégias e políticas de CT&I que permitiram elevar a capacidade e escala de financiamento do sistema nacional, além de melhorar a eficiência, eficácia e efetividade na execução de diversos programas federais.

Por essas razões, estamos muito preocupados com a situação orçamentária e financeira dos nossos parceiros federais. Ela tem criado grandes e sérios obstáculos aos investimentos de muitas ações, projetos essenciais ao desenvolvimento da ciência, inovação e empreendedorismo tecnológico no país.

Neste momento, nossas atenções se voltam para a situação específica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma instituição histórica e fundamental ao desenvolvimento nacional. Sem o CNPq o Brasil não teria alcançado um patamar de conhecimento científico e acumulado um know how em diversas áreas, com respeitado crédito internacional.

Portanto, o CONFAP defende a manutenção do CNPq como instituição autônoma. Acreditamos na capacidade política do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em reverter a grave ameaça de sua extinção com a paralisação de importantes projetos de pesquisa e atrofiamento o processo de desenvolvimento nacional, com forte impacto negativo na capacidade de atuação das Fundações Estaduais.

São Paulo, 23 de agosto de 2019.

Confap

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Assine a petição em defesa do CNPq!

O abaixo-assinado lançado pela SBPC e endossado por mais de 100 entidades científicas em defesa do CNPq já recebeu mais de 900 mil assinaturas. Assine e compartilhe!

Mais de 900 mil pessoas já assinaram a petição online em defesa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – #SomosTodosCNPq – que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançou no dia 13 de agosto. Mais de 100 entidades científicas de todo o País subscrevem o manifesto e famosos como a atriz global Nathalia Dill e o cantor Caetano Veloso compartilharam a campanha nas suas redes sociais. O documento com as assinaturas reunidas será entregue essa semana no Congresso Nacional.

A manifestação é endereçada à Presidência da República, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Presidência do Senado e da Câmara dos Deputados; à Comissão de Ciência Tecnologia e Inovação do Senado, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação e parlamentares do Congresso Nacional.

No abaixo-assinado, as entidades científicas alertam para a situação crítica em que se encontra a agência, em risco iminente de cortar o financiamento das bolsas de estudos de mais de 80 mil pesquisadores em todo o País e no exterior. Segundo o texto da

petição, o governo precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano. A petição conclama as instâncias decisórias do Executivo e do Legislativo Federal a reverterem imediatamente este quadro crítico de desmonte do CNPq e a colocarem também, no Orçamento de 2020, os recursos necessários ao funcionamento pleno do CNPq.

“A nação não pode perder este patrimônio construído ao longo de décadas pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira”, afirmam no manifesto.

A petição online está disponível neste link. Conclamamos todos a assinarem e compartilharem em suas redes de contatos. Quanto mais adesão, mais força a petição terá.

SBPC

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL FRUSTRADOS COM POLÍTICAS AMBIENTAIS DO GOVERNO, PESQUISADORES DEIXAM O PAÍS

Desiludidos com os rumos do atual governo em relação às políticas ambientais e indígenas, antropólogos estão optando por estudar fora do Brasil

“Se as pessoas votam no Bolsonaro, e você está aqui defendendo LGBTs, índios, está fazendo o que nesse país? Estou no lugar errado”, desabafa a antropóloga Bárbara Arisi, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, e coautora do livro *Gay Indians in Brazil* (2017). Desiludida com os rumos do atual governo em relação às políticas ambientais e indígenas, decidiu pedir uma licença não remunerada de três anos e se mudar para Hoorn, na Holanda, onde tem uma filha de 15 anos. A expectativa é a de deixar o Brasil na primeira semana de setembro e só voltar em 2022, “se não houver reeleição”. “Trabalho com a área de educação. Meu trabalho é inspirar a juventude latinoamericana. Mas agora, neste momento, a vontade que dá, é a de chegar na aula, abraçar os alunos, e chorar”, conta a antropóloga, que tem cidadania italiana. “Há um debandada de cérebros, de gente bem formada. O braço educado da República está indo embora.”

No começo dos anos 2000, Arisi morou em Manaus, onde foi com o ex-marido holandês, que era técnico no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Em 2003, conheceu os índios Matis, aprendeu sua língua, e os escolheu para serem protagonistas de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado. No pós-doutorado, que fez na Holanda, mudou o foco de sua pesquisa para a área ambiental, e focou em resíduos e lixo orgânico — que pretende seguir estudando, a partir de um projeto de cooperação entre a **Capes** e a Nuffic, órgão de fomento à pesquisa holandês. Para pagar as contas, pretende trabalhar e, em paralelo, “encher o saco do governo Bolsonaro”. “Vou tentar fazer relações com parlamentares europeus para que pressionem a União Europeia (UE) a boicotar produtos brasileiros de áreas conflito, que, atualmente, são praticamente todas”, diz. “Espero que Bolsonaro seja punido no Tribunal de Haia por crime ambiental. (...) Se for provado que incitou agricultores a colocar fogo na Amazônia, espero que seja processado por crime contra a humanidade”, completa.

Outro caso de “eco-exílio” é o do também professor de Antropologia José Dalvo Santiago, que se mudará de Manaus para Paris nas próximas semanas. Atualmente

aposentado, sua intenção era ficar no Brasil, mas a situação "decepcionante" sobre as políticas do governo, e a falta de perspectiva de melhora, o motivou a mudar-se para a França, onde estudará um pós-doutorado sobre o imaginário na Amazônia. "Estamos em uma situação em que as instituições brasileiras não têm compromisso com a sociedade", diz, em tom de frustração. "Nas décadas de 1970 e 1980, foram construídas perspectivas e políticas para o reconhecimento de direitos de minorias étnicas. Hoje, vejo essas bases ruírem", acrescenta o ex-professor da Universidade Estadual da Amazônia.

Segundo Santiago, a Amazônia "sempre foi um pouco terra de ninguém", no sentido de que sempre houve alguma exploração, mas antes do governo Bolsonaro, havia "algum controle". "Agora, não há compromisso com a verdade, ciência ou a lei." Ele ainda diz que existe hoje um "cinismo" por parte das instituições brasileiras, que afeta o trabalho e, às vezes, a própria sobrevivência dos defensores do meio ambiente, já que atuam em um clima cada vez mais hostil e violento, sobretudo para está na linha de frente, como lideranças comunitárias indígenas e quilombolas.

Com pelo menos 20 vítimas registradas em 2018, o Brasil é o quarto país que mata mais ativistas ambientais, de acordo com o último relatório anual da ONG Global Witness, publicado no final de julho. As Filipinas lideram a lista, com 30 assassinatos. Em segundo lugar está a Colômbia, com 24 mortes no ano passado, e em terceiro lugar vem a Índia, com 23 vítimas. Outros números, divulgados na segunda semana de agosto pela revista "Nature Sustainability", e repercutidos pela ONG "Aliança pela Solidariedade", atestam que 1.558 ativistas que lideraram protestos por conflitos ambientais foram mortos no mundo todo entre 2002 e 2017, sendo que 36% foram registrados na América Central e 32% na América do Sul. Do total de vítimas, 40% eram indígenas.

PUBLICIDADE

O cenário definido como "desalentador" por quem defende o meio ambiente, sobretudo no Brasil, reforça o sentimento de quem já está fora do país e não quer voltar. Ao mesmo tempo, muitos assumem a responsabilidade de ecoar a gravidade da situação nos países em que residem, como a paulistana Rose Figueira, mais conhecida como "Rose Maloka". Ela administra um bar no bairro de madrilenho de Lavapiés, há quase 20 anos, que também é uma associação cultural, plataforma de luta de diversas bandeiras, como a demarcação de terras indígenas. "Sou ativista desde os 15 anos de idade. O vínculo com o Brasil e as causas que defendo é o que dá sentido à minha permanência na Espanha", conta. Segundo Figueira, o governo Bolsonaro acentuou a vulnerabilidade histórica dos povos indígenas e defensores da natureza no Brasil, já que "tem um discurso que legitima a violência e a exploração econômica da natureza". "O Brasil é um dos países que mais mata ativistas ambientais. Eles já estavam em risco antes, e agora eles estão ainda mais. Há um medo crescente", diz.

Entre as cerca de 200 pessoas reunidas no protesto em defesa da Amazônia, em frente à Embaixada do Brasil, em Madri, na última sexta-feira (23) encontrei três brasileiras ajudando a engrossar gritos como "fora Bolsonaro", "não é fogo, é capitalismo" e "isso não é mentira, está mudando o clima". "Como brasileira, sinto a responsabilidade de ecoar essa denúncia. Todo mundo no fim das contas é afetado (pelo desmatamento), não só o meu país, onde está minha família", disse a atriz Elizabeth Firmino Pereira, que mora na capital espanhola, e clama por uma mobilização mundial. Carolina Monteiro e sua mãe, Neusa Pires Monteiro, também protestavam na manifestação organizada pelos

grupos Extinction Rebellion Espanha e Fridays For Future. “É para ampliar a voz do Brasil, defender a Amazônia e parar com as políticas de retrocesso. Temos o maior vilão ambiental do mundo e precisamos denunciar”, diz Carolina. “É muita notícia falsa, muita desinformação, que manipula muitas mentes brasileiras. O mundo precisa saber o que, de fato, está acontecendo”, disse a mãe, Neusa.

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro mirou os “marginais vermelhos”, em alusão aos “comunistas”, seus adversários, dizendo que iria varrê-los do mapa. Em meio ao agravamento da recente crise ambiental, catalisada pelas queimadas na Amazônia, acabou incendiando os “verdes”, defensores do meio ambiente, que parecem não estar dispostos a se calar, mas a denunciar as irregularidades ambientais, dentro e fora do Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFABC recebe 5% de verba para investimentos e suspende construção de prédio Projeto de construção de dois prédios em Santo André está parado.

A Universidade Federal do ABC (UFABC) recebeu 5% de verba do Governo Federal para investimentos e não tem orçamento para continuar as obras de expansão. Dos dois prédios previstos para serem erguidos, apenas um está em construção.

Segundo o vice-reitor, Wagner Carvalho, a culpa é do bloqueio de verbas do Governo Federal. "O valor inicial era de R\$ 8,3 milhões. Desses R\$ 8,3 milhões, R\$ 7 milhões foram bloqueados e até o momento nós tivemos liberação de apenas R\$ 358 mil", disse.

O corte também atinge as verbas de custeio, como manutenção, água, luz e pagamento de funcionários terceirizados. Contratos estão sendo renegociados. Dos R\$ 51 milhões previstos no orçamento para este ano, a universidade recebeu R\$ 15 milhões.

"A UFABC é uma das poucas federais que retira do seu próprio orçamento de custeio uma parte das bolsas que são pagas aos alunos, principalmente de pós-graduação. Com a redução das verbas de custeio, nós também somos obrigados a limitar o financiamento para as bolsas de pós", afirma o vice-reitor.

Na sexta-feira (23), estudantes, funcionários e professores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) fizeram uma audiência pública para discutir a crise na universidade. Na Universidade de São Paulo (USP), a preocupação é que a produção científica seja paralisada, com o congelamento das bolsas do CNPq.

A UFABC tem uma em Santo André e outra em São Bernardo do Campo. São 15 mil alunos em 56 cursos de graduação e pós-graduação.

Igor Carneiro, estudante de engenharia da universidade, afirma estar preocupado com a situação. "Preocupa bastante a gente porque, de uma certa forma, de onde deveria vir um estímulo, para gente continuar na vida acadêmica, esforçar e ir pra frente, na verdade está tendo um regresso da parte de quem deveria estar apoiando."

Everton Galasso, também estudante de engenharia, diz que a "educação é a chave para o desenvolvimento do Brasil". "Então, retirar disso é muito complicado."

Outro lado

Em nota, o Ministério da Educação informou que os repasses para a UFABC estão sendo feitos de acordo com as despesas da universidade e que aguarda uma melhora da economia para acabar com o bloqueio.

O Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq, informou que aguarda aprovação de uma verba extra no Congresso para manter os repasses para as bolsas de pesquisa.

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Privilégio para poucos

O ensino bilíngue para o inglês no Brasil se resume, basicamente, às escolas da rede privada. Em seu último censo escolar, o Ministério da Educação (MEC) apontou que o País possui em torno de 40 mil escolas particulares (21% das 184,1 mil unidades brasileiras). Desse total, a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue estima que cerca de 3% (1,2 mil) possuam algum programa de educação bilíngue. Mesmo com algumas iniciativas estaduais, como no Distrito Federal, João Pessoa, Maranhão, Sergipe e Rio de Janeiro, a presença é discreta. Essa é uma preocupação da economista e pesquisadora em educação, Cláudia Vidigal. Segundo ela, o contato do jovem de escola pública com o inglês se resume às aulas da língua que estão previstas na matriz curricular das escolas. “Tenho feito estudos com foco em distribuição de renda e educação e não encontrei qualquer estatística sobre a presença de escolas bilíngues na rede pública.

Ou seja, esse crescimento na rede privada é um privilégio para um grupo muito restrito. O ideal seria que houvesse oportunidade para os mais carentes também e, assim, evitar uma maior desigualdade social”, comentou a economista. De acordo com Cláudia Vidigal, a falta de regulamentação pode ser um impeditivo para que essas aulas estejam presentes na rede pública. Hoje, segundo o MEC, somente as escolas para surdos, as de fronteiras e as escolas indígenas são consideradas bilíngues. “É um benefício? Com certeza. Mas é muito restrito. Não temos uma previsão de quando esse modelo poderá ser largamente implementado no Brasil. Acredito que pode ser uma política proposta pelos governos estaduais. Se é aprovado pelo MEC para as privadas, por que não propor na rede pública, que é a base da educação nacional?”, analisou Cláudia Vidigal. Em Pernambuco, o governo do Estado lançou, em 2012, o Programa Ganhe o Mundo.

O objetivo é dar oportunidade aos estudantes da rede pública estadual de educação terem segundo idioma, fazendo um intercâmbio em países de língua inglesa, espanhola e alemã. Até 2018, mais de 6,5 mil estudantes embarcaram para países como Argentina, EUA, Espanha, Chile, Canadá e Alemanha. 3% ou 1,2 mil escolas particulares no Brasil possuem algum tipo de programa de educação bilíngue, segundo a Abebi

topo ↕

CLIC FOLHA - TEMPO REAL

Ludmila Rattis Teixeira, ecóloga espacial

"O desmatamento avançou, sim, nos últimos meses, por diversas razões, entre elas a questão da certeza da impunidade"

anos completos neste sábado, 24 de agosto, saiu da roça, na região do Formoso da Serra, no Sítio Vovó Geralda, em Passos, e ganhou o mundo estudando e trabalhando como pesquisadora da relação entre florestas, clima e produtividade agrícola no Brasil.

Suas pesquisas são realizadas no Brasil, especialmente na Amazônia, em Massachusetts e na Califórnia, mas sua origem e sua paixão estão na roça. A filha de Paulo Teixeira e Fátima Rattis tem os irmãos Jaime, Luciana e Paula e cursou Ciências Biológicas na Fundação de Ensino Superior de Passos (Fesp), tendo se formado em

2008.

Foi para Ribeirão Preto fazer Mestrado em Ciências na Universidade de São Paulo (USP) e, na sequência, cursou doutorado em Ecologia na Universidade de Campinas (Unicamp). Desde 2017, mora nos Estados Unidos, mas, atualmente, divide seu tempo entre os dois países, como pesquisadora no consórcio entre o Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Para falar sobre sua trajetória, atuação e as preocupações que o mundo todo tem sobre uma das regiões mais importantes do planeta e, face aos recentes e polêmicos embates entre o presidente Jair Bolsonaro e líderes mundiais, o Entre Prosas ouviu a passense numa de suas visitas à família em Passos.

Folha da Manhã- Como você, que atua justamente na pesquisa na Amazônia, vê a polêmica envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e líderes mundiais?

Ludmila - Eu vejo com muita estranheza que o presidente de um país tão importante no cenário econômico mundial, como o Brasil, venha bater de frente com outros líderes mundiais que são compradores e vendedores de mercadorias para o Brasil. O agronegócio brasileiro depende muito das vendas que nós fazemos para a Europa. Então, independentemente do assunto que é discutido, eu acho estranho ele bater de frente, inclusive na questão do Fundo Amazônia, que o Brasil já recebeu mais de R\$3 bilhões, que ajudaram os governos municipais, estaduais, federais e instituições de pesquisa sérias, todas auditadas, direitinho, e que ajudaram o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia, e até de Estados fora da Amazônia legal. O Bolsonaro vir atacar tudo isso, eu vejo com bastante estranheza, e eu acho péssimo para a imagem do Brasil lá fora. Agora, especificamente quanto ao meio ambiente, é uma vergonha. É como uma criança que faz uma coisa errada, as pessoas ao redor vêm chamar a atenção, e a criança quer brigar, espernear e falar que está errado. O desmatamento avançou, sim, nos últimos meses, por diversas razões, entre elas a questão da certeza da impunidade dessas pessoas que desmataram, e todo esse incêndio na Amazônia que a gente está vendo agora é em áreas desmatadas. Então, eu vejo com tristeza e espanto e espero que o Brasil consiga limpar a sua imagem internacionalmente e nacionalmente, porque, para nós, enquanto brasileiros, é muito triste ver isso.

Folha da Manhã – Voltando um pouco na linha do tempo, como se deu a sua ida para os Estados Unidos?

Ludmila – Primeiramente, eu fui com uma bolsa de pós-doutorado da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; quando essa bolsa estava acabando, os chefes de lá viram o trabalho que eu estava desenvolvendo e decidiram me contratar. Então, eu fui contratada e fiquei um ano e meio com essa bolsa neste instituto de pesquisa, que seria o comparativo a uma ONG no Brasil.

FM – Teve alguma dificuldade com o idioma?

Ludmila – Morei no Canadá anteriormente, me mudei pra lá em julho de 2014. Eu cheguei e fiquei seis meses indo ao supermercado, voltando com coisas na mão, porque a mulher me oferecia uma sacola e eu não entendia que ela estava me oferecendo, mas eu conseguia me comunicar com a minha orientadora de doutorado, por exemplo, porque ela tinha muita paciência e já tinha experiência com pessoas de outras nacionalidades que não falavam inglês fluente. Mas, no dia a dia, eu sofria demais.

Quando eu me mudei para o Canadá, eu lia como eu leio português, mas eu inventava a pronúncia das palavras. Quando eu comecei a ouvir os nativos falando inglês, não conectava. O meu trabalho para desenvolver a habilidade com o inglês foi justamente para conectar o que eu lia com a pronúncia correta das palavras. Hoje em dia, eu consigo entender 100% do que as pessoas estão falando e consigo responder, entrar em discussões sobre qualquer assunto, não só do meu trabalho. Ainda tenho um problema que chega até a ser engraçado com a pronúncia de algumas palavras. Já a construção frasal, eu construo bem, porque aprendi inglês lendo. Eu terminei a graduação no fim de 2007 e fui para Ribeirão para poder estudar para o mestrado e fazer estágio no laboratório, para começar o mestrado em agosto de 2008. Só que o livro que tinha que estudar era sobre invertebrados e era todo em inglês. Confesso que eu passava um dia inteiro, 12 horas estudando, para ler três páginas. E, naquela época, não tinha aplicativo de celular com tradutor, era no dicionário, um Oxford, grosso. E foi justamente nesse trabalho que tive a forma que aprendi inglês. É engraçado que, até hoje, quando as pessoas me falam uma palavra com a pronúncia correta, eu tenho que repetir a palavra em voz alta, do jeito que eu achava, para a pessoa confirmar, aí fica parecendo que eu tô tentando corrigir a pessoa. Hoje em dia, meu inglês é bom, eu entro em discussão sobre qualquer assunto. Se somar o tempo que fiquei no Canadá, já são cinco anos morando fora do Brasil.

FM – E como foi a sua vida na infância?

Ludmila - Eu morei na roça até 9 para 10 anos. A gente morava ali no Formoso da Serra, no Sítio Vovó Geralda, só que, quando eu tinha uns 10 anos, meu pai teve que vender e viemos para Passos. No Formoso, não tinha escola e é relativamente perto da cidade, então, meu pai trazia a gente para estudar. Quando eu fui fazer faculdade, a gente estava morando na roça de novo, só que, aí, a gente estava morando na linha da usina açucareira. Eu pegava o ônibus das professoras que vinham da escola da usina e, aí, o fio me deixava na Avenida da Moda e eu subia para a faculdade. Quando era noite, papai me buscava e também pegava minha mãe, que estava fazendo faculdade na mesma época que eu.

FM – Qual curso sua mãe fazia?

Ludmila - Minha mãe fez o curso de Letras na Fesp, hoje Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Ela começou a faculdade aos 45 anos. Então, aquele espaço de roça, na zona rural, não existe mais, porém, minha paixão permaneceu. Tanto é que eu queria fazer Agronomia ou Veterinária. Meu pai me disse que eu não ia ganhar dinheiro e ia sofrer muito. Que eu ia ver vaca com câncer, ia ter que ir pra roça abrir porteira à noite sozinha. Optei por Biologia, só que ele não sabia o que era Biologia e me deixou fazer, penso que no sentido do perigo, desgaste e pouca remuneração, talvez seja muito pior. Eu ando no mato; em abril, eu vi uma onça no meio da Amazônia. Isso é muito pior do que abrir uma porteira à noite.

FM - Qual foi a experiência, como que foi a reação de se deparar com uma onça?

Ludmila - Sou muito medrosa, mas, nesse dia, que era numa quinta-feira de manhã; na quarta a gente estava apresentando uns slides para os alunos novos que fazem parte do projeto, a gente tem uma estação de pesquisa no Mato Grosso. Essa estação fica na zona de transição entre Amazônia e Cerrado, e temos um fluxo bem grande de alunos de todos os lugares do mundo. É um consórcio entre o Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Quem mantém, majoritariamente, é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). A estação funciona desde 2004.

FM – Como é dividido seu tempo entre o Brasil e os Estados Unidos?

Ludmila - O tempo que eu passo no Brasil, cerca de seis meses por ano, não necessariamente consecutivos, é dividido entre a estação, na Tanguro, e um tempo em Brasília. Varia muito, depende da demanda. Este ano, eu passei uma semana por mês na Tanguro.

FM - Como é sair do interior e ir para a maior nação do mundo em termos de potência e tecnologia?

Ludmila - É um choque. O conforto é muito maior. Especificamente na cidade onde eu moro, é um dos lugares mais seguros do mundo, Massachusetts, eu moro em Cape Cod. Moro sozinha, deixo o carro destrancado na porta da minha casa. Eu nunca tranquei o carro. Minha casa lá é um sobrado, no primeiro andar. Eu nunca tranquei a porta da minha casa. Então, tem isso, as pessoas não trancam a porta da casa. Mas, por outro lado, eu descobri, não é bairrismo, mas mineiro tem uma empatia muito grande por qualquer pessoa que passa na frente, o que me emociona. A gente acha que o resto do mundo é assim, e não é assim. Minha família inteira é assim, com qualquer pessoa. Quando eu me mudei para o Canadá, tinha um cara lá que perguntou de onde eu era. Eu tinha mania de falar que eu era de Minas Gerais, não que eu era brasileira, para as pessoas conhecerem. Aí ele falou que conhece Minas Gerais. Ele estava pulando de parapente, em Governador Valadares, perdeu o controle e foi parar a quilômetros de distância. Ele falou que caiu no meio de uma fazenda, de um fazendeiro que não sabia falar uma palavra em inglês, o fazendeiro entendeu que ele estava perdido, pegou o equipamento dele, colocou na traseira da caminhonete e o levou para Governador Valadares. Chegou lá, pegou na mão dele, virou as costas e foi embora. Ele não sabe o nome, não sabe nem como o cara entendeu a necessidade dele e falou que só em Minas Gerais acontece isso.

FM - Esse tratamento contrário não existe para com os mineiros? Ser dessa maneira quebra um pouco a secura do outro. Concorda?

Ludmila - Eles até acham que eu sou legal, mas eu não sou tão legal, é que eu sou mineira. Aqui eu sou normal, na média. Tem um amigo nosso com câncer nos Estados Unidos e me questionam por que o ajudo. Perguntam por que faço comida para ele. Se fosse aqui, por exemplo, avó faria comida todos os dias, eu sou bem abaixo da média. O choque é muito mais cultural.

FM - Do você sente mais falta?

Ludmila - Da empatia, do calor humano. Interação de família, de gente que senta na cozinha. Na parte da alimentação, sinto falta do arroz com feijão tropeiro. Sabe que tem dia que a gente consegue feijão lá, aí a gente faz só arroz e feijão, e acha a coisa 'mais boa' do mundo. Mas é de arroz com feijão tropeiro que eu sinto mais falta.

FM - O seu trabalho é permanente ou temporário?

Ludmila - Sempre é temporário. A questão é se você está com vínculo ou não. A gente vive de projetos, que duram cinco anos, quatro, três. Eu estou envolvida, atualmente em seis projetos. Eles são temporários, mas, no conjunto, eles são permanentes. E o que é permanente hoje em dia? É na confluência ali entre o temporário e o permanente.

FM - E todos eles na área de Biologia, nessa questão da ecologia espacial?

Ludmila - O meu papel é sempre fazer essas análises estatísticas tentando avaliar a

relação entre coisas no espaço. Então, você tem um campo de soja, um fragmento de floresta, um rio passando por ela, e qual a relação desses três elementos com chuva, estoque de carbono, com a biodiversidade que habita essa paisagem. Que essa ecologia espacial vem da ecologia de paisagens. Todas essas paisagens que a gente estuda são heterogêneas, elas são compostas por coisas completamente diferentes. Essa mesa (de madeira) é composta por coisas muito diferentes, depende da escala do que você está estudando. Existe toda uma paisagem dentro dessa bolsa, assim como existe toda uma paisagem dentro dessa revista. Então, eu vou estudando em várias escalas. Há momentos em que a nossa paisagem é um metro quadrado na floresta, e aí, naquele metro quadrado, acontece um monte de processos. Tem fungo, bactéria, tem os outros organismos do solo, tem a própria questão da decomposição do solo. Tem regeneração de plantas acontecendo, só naquele um metro quadrado. E também a gente estuda toda a bacia do Xingu, e eu estudo toda a fronteira agrícola brasileira, que é entre o Cerrado e a Amazônia.

FM - Isso tem algum propósito para o ser humano?

Ludmila - Sim. Grosso modo, existem dois tipos de ciência: a ciência básica e a ciência aplicada. O que eu faço é a ciência aplicada. A ciência básica é superimportante, muitas coisas que a gente faz dependem da ciência básica, que é a ciência que mais está sendo atacada pela falta de recursos, a gente vai começar a sentir no longo prazo. A pesquisa que eu faço é toda aplicada, por exemplo, tem um trabalho nosso que foi publicado recentemente sobre o papel das antas na regeneração da floresta. Isso, agora, que tem muitas propriedades rurais que precisam fazer a recuperação de algumas áreas, o papel das antas, regenerando naturalmente, a economia que você tem por ter esses bichos que dispersam semente em uma comunidade rural é absurda. Nada, nenhum processo de recuperação é tão eficiente como o papel que as antas fazem naturalmente, de graça, só pelos fatos de elas estarem lá.

FM – Os homens estão matando as antas?

Ludmila - Pra que, né? Por que alguém vai matar uma anta? Não faz nenhum sentido. Anta é herbívoro, não ataca ninguém. Ela está ali e as perdas econômicas por que ela entra em uma soja ou milho são ínfimas, não tem sentido. Comparado ao bem que ela faz, não tem igual. A anta tem uma peculiaridade, ela é o maior mamífero brasileiro. Ela é o único representante da megafauna que não foi extinto. A gente tinha a preguiça-gigante, vários bichos muito grandes que não existem mais. Por causa da abertura da boca dela ela, tem uma capacidade de comer frutos tão grandes, que os outros organismos que a gente tem não têm mais. E ela gosta de andar em lugares abertos, então, ela come frutos que estão em uma mata mais intacta, e ela vai defecar nas áreas mais abertas onde ela anda. Ela é a jardineira perfeita.

FM - Ainda tem muitas?

Ludmila – Em alguns lugares, elas estão ameaçadas, em outros, você tem um nível de conservação maior. É um bicho que reproduz lentamente, cada criada dá um ou dois filhotinhos. Você tem que cuidar bem, ele é um bicho bem ameaçado por perda de habitat ou caça, e por atropelamento.

FM - Algum desse seu trabalho ganhou premiação? Ou foi publicado em alguma revista importante?

Ludmila - Procuramos sempre isso; em todos os trabalhos, a gente procura publicar em revistas indexadas, que são revistas lidas mundialmente. Ano passado, eu ganhei o prêmio Márcio Ayres, que é o prêmio para o melhor trabalho científico publicado por

jovens cientistas no triênio 2016/2018, que foi um trabalho que foi parte do meu doutorado.

FM - Que é sobre o quê?

Ludmila - No doutorado, estudei como que a escala que a gente estuda influencia os resultados que a gente obtém.

FM - É muita matemática ou não?

Ludmila - Totalmente matemática. Eu não tinha ideia que iria utilizar tanto a matemática. Diria que, hoje, 80% do que eu faço é modelo estatístico e matemático. E sou totalmente satisfeita com o que faço. Engraçado que todo teste vocacional que eu fazia apontava que eu não tinha habilidade com isso. E vou te falar que eu não tenho, é uma luta. A partir do momento que você precisa de estatística, você vai aprender estatística. Então, a partir do momento que você precisa entender um negócio, que gosta, que você vê a importância daquilo, então, eu estou vendo que as antas estão desempenhando aquele papel maravilhoso. Eu preciso transformar isso em número e na melhor figura possível para poder mostrar para as pessoas. Mas o meu trabalho principal é a interação entre floresta, clima e produção de comida. Então, eu busco entender como que, a partir do momento que você desmata uma região, como que isso vai afetar a temperatura local, o padrão de chuvas, a precipitação total, e como que essa mudança climática afetou a produção de comida, tanto no passado quanto no presente e no futuro.

FM - E não só naquele lugar? Afeta em outros também?

Ludmila - Afeta. Todos os dias, a gente vê aquela coisa do efeito borboleta. Uma borboletinha que bateu a asa na Amazônia vai te afetar. Um exemplo claro: por que chove aqui em Passos? Você tem a evaporação de água acontecendo no Oceano Atlântico, essas gotículas de água são atraídas por aerossóis que são emitidos pela floresta, principalmente pela floresta amazônica. Então, essas nuvens são formadas e, por causa da corrente de ar, elas são levadas aos Andes, mas, como os Andes são muito altos, essas nuvens batem e vêm chover no sudeste do Brasil. Aí, você tem os problemas das minas que estão secando, elas são uma resposta do desmatamento que está acontecendo em todo o Cerrado. Então, o cerrado maranhense, baiano, piauiense, tocaninense, que está sendo retirado, isso está refletindo na secagem dessas minas que acontecem aqui na região Sudeste. Toda a exuberância que você vê da floresta amazônica, da floresta atlântica, acima do solo, o Cerrado, tem abaixo do solo. É uma rede supercomplexa de raízes, muito profundas, que, quando chove, essas raízes levam a água para os lençóis freáticos, que vêm minar aqui. Se você remove a floresta amazônica, você está impedindo essa formação de chuva, que choveria aqui, e, se você remove o Cerrado, você está atrapalhando o processo de mina aqui, nas nascentes de águas que a gente tem aqui.

[topo](#)

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

Legado jurisprudencial

"STJ teve papel importante na consolidação do Código de Defesa do Consumidor"

26 de agosto de 2019, 8h49

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Ruy Rosado de Aguiar Jr., que morreu neste sábado (24/8), era uma dos maiores especialistas do Brasil em Direito do Consumidor.

Ministro aposentado do STJ Ruy Rosado morreu neste sábado (24/8).
STJ

Em entrevista à Revista de Direito Civil Contemporâneo em 2015, conduzida pelo advogado Jorge Cesa Ferreira da Silva, Rosado contou como foi sua formação e discutiu diversos aspectos do Direito Privado. A conversa foi publicada no volume 3 de 2015, de abril a junho, da Revista de Direito Civil Contemporâneo.

Leia a entrevista:

Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC) — Vamos começar pelo início: como foi o início dos seus estudos? Onde foi, qual era a sua escola, como é que foi esse ambiente inicial ainda nos primeiros momentos da sua vida escolar?

Ruy Rosado de Aguiar Jr — Bem, eu nasci no Iraí (grande cidade!)¹ e estudei lá o primário. Depois, vim estudar em Porto Alegre no Júlio de Castilhos, colégio público onde fiz todo o curso secundário, na época denominado de Ginásio (4 anos) e Clássico (3 anos). O Júlio era um ótimo colégio. Lá, estudávamos latim durante sete anos, francês... Quando fui fazer a minha proficiência em francês, no curso de mestrado, eu usei os conhecimentos que eu tive lá no Ginásio do Julinho. É sinal de que eles davam uma boa base.² E, depois, fui para a Faculdade de Direito da UFRGS, formei-me na UFRGS e fui trabalhar no interior.

RDCC — Quando é que o senhor se formou?

Ruy Rosado de Aguiar Jr — Em 1961. A turma era de 1960, mas nós nos formamos em sessenta e um para reunir os que eram reprovados pelo professor Telmo Ribeiro, que era do último ano e dava direito internacional privado e rodava muitos. Então, nós resolvemos fazer em março para esperar a recuperação deles em fevereiro. Depois da formatura, fui trabalhar dois anos no interior como advogado e depois fiz concurso para o Ministério Público, e fui exercer a promotoria em Três de Maio, depois em Santiago, Santa Rosa, Erechim, até vir a Porto Alegre. Fiquei no Ministério Público desde 1963 até 1980.

RDCC — Na época em que o senhor entra no Ministério Público ainda podia advogar...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, podia advogar. É uma das razões pelas quais, na época, a carreira no Ministério Público era a mais procurada, talvez mais que a própria magistratura. Mas logo no começo percebi que o MP e a advocacia eram funções incompatíveis porque a gente nunca sabia se aquele que vinha procurar o advogado, na verdade, estava querendo procurar o promotor. Então, a pessoa tinha uma ação de cobrança, mas ela, ou alguém por ela, tinha alguma ação penal. Vi logo no início que isso era incompatível e deixei de lado, não advoguei na prática. Vindo para Porto Alegre, lá por 1971, passei a trabalhar na assessoria do procurador-geral, Dr. Lauro Guimarães, grande líder, e ali fiquei até 1980, cumulando a função de assessor (sem gratificação) com a de MP junto a uma vara, muito tempo na vara da Fazenda Pública, ou Câmara. Depois, passei para o Tribunal de Alçada, pelo Quinto Constitucional.

RDCC — Mas o senhor chegou a Procurador de Justiça também, não? Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, fui procurador. Fui promotor até 1966 ou 1977. Passei a Procurador e, aí, atuava junto a uma câmara do Tribunal de Alçada, na época uma câmara de Direito Civil. Eu sempre atuei na área no cível, embora lecionasse penal. No Judiciário, ingressei no Alçada e, depois, passei para o Justiça, em 1985, também no cível, na 5ª

Câmara. Fiquei lá até 1994. Então, fui para o STJ, integrando à 4ª Turma da Seção de Direito Privado.

RDCC — E quais foram as funções que o senhor exerceu no Tribunal de Justiça?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu atuava na 5ª Câmara, que era uma câmara de direito civil, contratos e possessórias. Fui corregedor geral durante dois anos e, ao final deste período, fui eleito vice-presidente. Mas nesse meio tempo eu fui nomeado para o STJ, de modo que não cheguei a exercer propriamente a vice-presidência.

RDCC — Até agora falamos sobre a sua atividade no Ministério Público e nos tribunais. Queria alterar um pouco o foco. Como a universidade entrou na sua vida?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Comecei a dar aulas de Direito Constitucional em Santo Ângelo. Lecionei lá durante uns sete ou 10 anos. Quando vim para Porto Alegre, passei a lecionar Direito Penal na Unisinos, em São Leopoldo, desde 1976 ou 1977. Nesse entre tempo, abriu concurso para penal na UFRGS, para auxiliar assistente. Fiz o concurso e passei então a lecionar penal na Faculdade de Direito da Universidade Federal, isso por volta de 1985 ou 1986. Aliás, foi lá onde nós nos conhecemos.

RDCC — Exatamente. Um grande professor de Direito Penal, para dizer o mínimo...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Também lecionava penal na Escola da Magistratura, a Escola da Ajuris.³

RDCC — O senhor foi fundador da Escola da Ajuris, não?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Fui um dos fundadores. O começo foi em 1980. Antes disso havia cursos de preparação para o concurso à carreira. Fazia-se um curso de preparação durante seis meses e tal. Isso foi se transformado em instituição permanente, que viria a ser a Escola. Particpei desde o começo porque eu tinha experiência por ser chefe de departamento na Unisinos. Tinha experiência em como se organizava a estrutura acadêmica, aquele modelo de disciplinas, uma disciplina por manhã ou duas, sistema esse que acabou se instalando na Escola. Fiquei na Escola da Ajuris de 1980 até quando fui para Brasília, em 1994. Na escola, fui diretor executivo, diretor supervisor e, depois, fui diretor.

Na época, a escola absorvia todos os estudantes que saíam das faculdades e pretendiam fazer concurso. Como podiam fazer o concurso imediatamente, quase todos saíam da faculdade e iam para lá. Nós tínhamos em torno de 600 alunos, duzentos de manhã, 200 de tarde, 200 à noite. Depois, quando veio a lei que exigiu três anos de experiência, os alunos saídos da faculdade já não iam mais diretamente para a escola, mas sim fazer um curso para se preparar para a advocacia e ganhar o tempo necessário. Os alunos, então, se diluíram. Surgiram outros cursos, do MP, cursos particulares, os cursos a distância de São Paulo e do Rio e isto diminuiu muito o ingresso e a demanda da escola, tanto assim que hoje eles estão pensando em dirigir a escola exclusivamente para aperfeiçoamento de magistrados e de servidores, e não mais se preocupar com esses que se preparariam para o concurso da magistratura.

RDCC — Sumarizando, temos até aqui um reconhecido professor de Direito Penal, com experiência de vários anos na área, concursado para lecionar esta disciplina e professor de uma escola que ajudou a fundar, a Escola da Magistratura, onde era responsável por disciplinas de Direito Penal. Antes disso, foi por vários anos professor de Direito Constitucional. Como o Direito Civil finalmente entra na sua vida?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Quando eu estava no Tribunal de Justiça, na 5ª Câmara, é que o professor Clóvis do Couto e Silva organizou o curso de Mestrado em Direito na UFRGS. Ele instalou o mestrado, e me inscrevi para aprender com ele Direito das Obrigações. Nunca tive bom conhecimento do Direito Obrigacional. Achava que obrigações era algo tão difícil quanto a Teoria do Crime, matéria difícil de entender, de se ajustar à realidade. Então, disse para mim mesmo: eu vou estudar Direito das Obrigações. Era uma deficiência sentida porque trabalhava diariamente nesta matéria e muitas coisas que fazia, era mais com a intuição do que com a base teórica. Quando surgiu o mestrado, aproveitei a ocasião para suprir a deficiência. Foi no seu início. Participamos na primeira turma, a professora Véra [Jacob de Fradera], a professora Judith [Martins-Costa], nós trabalhávamos praticamente como secretários do mestrado, ajudando a fazer congressos, acompanhando professores visitantes, cuidando do regimento. O curso estava submetido à fiscalização da **Capes**, que buscava saber se as coisas estavam bem organizadas ou não para autorizar o funcionamento. Tínhamos que fazer relatórios, pois a administração universitária é cheia de formalismos, relatórios etc. O nosso mestrado foi de uns quatro, cinco anos. E nesse tempo eu passei a ser assistente do professor Clóvis, assistia realmente todas as aulas dele, todos os seminários que ele fez, ao seu lado. Foi um aprendizado excelente.

RDCC — Vamos falar um pouco mais sobre o professor Clóvis do Couto e Silva. Muitos que privaram da convivência com o professor Clóvis têm histórias marcantes e referem a enorme influência que ele exercia sobre os seus alunos. Como é que foi isso com o senhor?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu sou um deles, influenciado pelo professor Clóvis. Na verdade tudo o que eu fiz depois, em direito civil, devo a ele, à orientação dele, às ideias dele. Ele teve a capacidade de conhecer todo direito europeu e americano, dominava o alemão, francês, italiano, espanhol, inglês, lecionava nessas línguas na Europa e nos Estados Unidos e tinha, portanto, um conhecimento do Direito Civil comparado, especialmente do Direito Obrigacional. E ele nos mostrava que havia uma ordem jurídica muito mais aperfeiçoada e desenvolvida do que esta que nós estávamos vivendo e conhecíamos do Direito Civil do Código de 1916. Isso tudo abriu portas e janelas para compreender as relações de Direito Civil. E houve uma confluência. O exercício da minha atividade coincidiu com aquilo que eu estava estudando.

Eu ficava impressionado com essa realidade que também correspondia com aquilo que eu intuitivamente já percebia, mas que me faltava a base teórica para sustentar. O fato de exercer a magistratura nessa área de Direito Obrigacional permitiu-me aplicar ali, bem ou mal, aqueles ensinamentos que ele nos trazia e que, na época, correspondia a grandes novidades. Até ali, quando se falava em boa fé, só se sabia da boa-fé subjetiva, da boa-fé na posse, da boa fé no casamento. O professor Clóvis tinha um hábito de, quanto solicitava um trabalho, não dizia o que ele queria e também não te dizia onde buscar, onde estudar. Ele simplesmente dava o título. Uma vez ele deu um trabalho sobre boa-fé objetiva, nós fomos procurar na biblioteca, os nossos livros só tratavam da boa-fé subjetiva. Não era aquilo, nem de perto. Então certos conceitos só começaram a surgir é a serem usados por nós – e, de um modo geral, pela doutrina no Brasil – a partir das lições de Clóvis.

RDCC — E como é era Clóvis do Couto e Silva como professor, no sentido estrito do termo? Como era ele no dia-a-dia da sala de aula? Ele também lhe serviu como modelo de docente?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Como professor não, porque como professor ele era muito rígido. No trato com as pessoas, ele era às vezes inflexível e crítico. Ele não admitia, por exemplo, algumas falhas que, de certa forma, são usuais. Eu me lembro de uma primeira aula dele, quando distribuiu os temas dos trabalhos. Ele deu para um rapaz um trabalho em italiano. O rapaz disse que não conhecia italiano e ele imediatamente perguntou: “o que então o senhor está fazendo aqui?”. O sujeito nunca mais apareceu. Ele era assim. Mas também tinha coisas fantásticas, como por exemplo: em um seminário daqueles estava eu, ele e a pessoa que estava fazendo a explanação, uma professora da UFRGS, de alto renome, falando, falando, falando. Lá pelas tantas, ela citou o Carbonnier:4 “...como disse Carbonnier... E o Clóvis, imediatamente interrompeu: “o Carbonnier não disse isso!” Aí ela buscou os papéis delas, e, realmente, acabou confirmando que o Carbonnier não havia dito aquilo que acabara de referir. Ora! O Carbonnier tem uma obra de algo entre dez e vinte volumes! Para o sujeito dizer aquilo na frente da classe, dizer que uma referência feita ao longo de um seminário não correspondia ao trecho de um autor estrangeiro, precisa ter coragem, coragem intelectual. Tem que ter consciência do que sabe, e isso ele tinha. Era uma coisa impressionante. Ele era destas coisas.

De um modo geral, ele era difícil no trato. As pessoas que ele respeitava, que ele admirava, eram aquelas da sua predileção e as outras, ele não tolerava. Mas tinha uma capacidade intelectual impressionante, uma erudição e uma memória fora do comum. Porque não basta ler e saber, precisa ter memória para guardar aquilo. Então ele tinha essa leitura e tinha a memória dessa leitura e trabalhava com isso. Ele manejava as informações. Então ele tinha condições excepcionais como jurista. Eu nunca vi um outro parecido com ele, nunca vi. E então com isso ele influenciava a todos nós, a Judith, Véra, o [Adalberto] Pasqualotto. De modo geral, todos que saíram do Mestrado levaram consigo suas lições.

RDCC — Além dele quem é que mais lhe marcou a sua vida como professor? Quais são os seus marcos?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Um outro é o irmão dele, o Almiro do Couto e Silva. Que é de outra área. E também é outra personalidade, pessoa alegre, muito gentil, mas que também é uma sumidade em matéria de direito administrativo e que lá sempre nos impressionou muito.

RDCC — E ao longo da sua formação? Quem deixou suas marcas no senhor? Vamos abrir mais a pergunta. Quais pessoas, livros, autores?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O Pontes de Miranda, sem dúvida. Esse é um que sempre me influenciou. Na área do Direito Civil também sempre gostei do Caio Mario. O Caio Mario é um autor com quem eu seguidamente estou envolvido. O Antônio Junqueira de Azevedo com a sua Teoria do Negócio Jurídico, Darcy Bessone, Mario Júlio de Almeida Costa, meu examinador na banca de mestrado, Antunes Varella, com seu livro sobre o Direito Civil brasileiro.

RDCC — Deixe-me voltar um pouco à sua história. O senhor contava que, no início de sua carreira docente, foi professor Direito Constitucional. O que o senhor trouxe na bagagem do Direito Constitucional para o Direito Civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. Muita coisa. O Direito Constitucional te dá várias vertentes de influência sobre o Direito Privado, e eu estudei muito constitucional. Na época, importava livros da Alemanha, Estados Unidos. Nessa época eu estudava alemão.

Então, aprendi muito da estrutura do Estado, desta distribuição de força e de poderes, até chegar à conclusão de que a Constituição, sendo a emanação do poder, nos conduz ao estudo do poder. Então, a partir disso, preferi estudar Ciência Política, mais do que, propriamente, o Direito Constitucional. O Direito Constitucional é uma página que muda conforme muda a vontade de quem exerce o poder. Essas teorias todas que você constrói em cima do Direito Constitucional, em cima do texto da Constituição, elas estão vinculadas a uma decisão política anterior, que pode mudar a qualquer hora. E quando muda, altera toda sua estrutura e toda sua fundamentação. A teoria política explica isso. Mas o fato é que tive muito proveito de Direito Constitucional, muito proveito.

RDCC — Mas é interessante notar que, nos seus estudos de Direito Civil, há uma nítida preocupação com a dogmática. A sua formação de civilista foi pautada por juristas com forte vinculação com a dogmática, como um Clóvis do Couto e Silva ou um Pontes de Miranda.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente. O Clóvis eu não sei se seria propriamente dogmático. O Pontes, sim. O Clóvis já era um pouco mais aberto nessa visão. Ele, por exemplo, ao admitir que se aplicasse no Brasil o princípio da boa-fé, quando nem sequer esse princípio era referido na lei, nem na doutrina, estava abrindo uma janela que não correspondia ao texto da lei. Eu não classificaria o Clóvis como dogmático. Pelo contrário. Ele sempre foi mais aberto.

RDCC — Mas ele sempre teve os pés numa doutrina precedente, em uma trajetória construída, na história...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso é verdade.

RDCC — ...uma noção de história dos conceitos, a partir da qual ele trabalhava a sua visão de futuro.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso é influência do Direito alemão, que ele estudava muito. O Clóvis foi uma figura que lamentavelmente perdemos muito cedo, o que se deve aos tormentos que ele passava pela organização do próprio mestrado. Ele saiu daqui de Porto Alegre, um certo dia, para fazer uma palestra no Rio, mas no dia seguinte estaria aqui o fiscal da CAPS, e isso lhe deixou muito estressado. Ir ao Rio fazer palestra, ter que vir para cá para a fiscalização. E ele faleceu lá. Eu acho que isso aí faz parte dessa agitação intelectual que ele tinha, essa preocupação com a instituição que ele organizou e faleceu cedo também por isso. Infelizmente.

RDCC — Vamos falar um pouco mais dessa relação de entre Direito Constitucional e Direito Civil que, no seu caso, foi até pessoal. Se nós olharmos o nosso Direito Civil brasileiro, ou seja, como o Direito Civil é muitas vezes divulgado ou estudado, vemos também essa conexão, ainda que, com muita frequência, nós não vejamos essa conexão sendo realizada sobre estruturas conceituais sólidas, nem de Direito Civil e tampouco de Direito Constitucional. Às vezes, parece que o Direito Constitucional não é tido como uma janela para novas ideias, mas sim como um subterfúgio para a negação do estudo estrutural do Direito Civil, ou seja, de uma visão de Direito Civil a partir das suas próprias raízes. Como é que o senhor vê o Direito Civil como ele vem sendo estudado hoje?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bom. Essa corrente da constitucionalização do Direito Civil, da Escola do Rio (Tepedino, Celina), de Curitiba (Fachin) etc., eu acho que prestou um excelente serviço, porque quando nós tínhamos uma Constituição já com

princípios, mais aberta portanto, e um Código Civil muito antigo, rígido, já com vários preceitos superados, a Constituição foi útil para nos ajudar a interpretar, inclusive para aplicar o Código Civil aos casos particulares. Alguns princípios não estavam no Código, mas na Constituição. Então, eu poderia derivar diretamente de lá ferramentas para resolver situações particulares. Nesse ponto, a Constituição foi útil.

Eu tive um caso de um Habeas Corpus, de uma senhora que se envolveu com um financiamento de um Kadett. O Kadett era um carro, na época, de uns seis mil reais. Mas um certo tempo depois, a conta bancária estava em 90 mil reais! Aquilo ali não podia ser assim. Se ela, durante o resto da vida dela, tivesse que dar todo seu vencimento para pagar aquela dívida, estaria sem condições de sobreviver, atingida a dignidade da sua pessoa. Havia precedente alemão sobre isso. Então, a Constituição te oferecia caminhos para chegar a certas soluções práticas, com fundamentação jurídica, o que o Direito Civil não permitiria. Pelo contrário, muitas vezes a lei negava esse direito. Então, eu acho que a Constituição ajudou nessa abertura. Quando veio o novo Código Civil, houve uma mudança. O Código Civil tem princípios e cláusulas gerais que a rigor agora dispensam a invocação ao texto constitucional. Eu posso resolver essas questões atendendo aos princípios que estão na lei civil, sem precisar invocar a Constituição. De qualquer forma, parece-me que a Constituição serviu e serve de base para uma reestruturação do Direito Privado, com mais respeito aos interesses do cidadão, da pessoa humana.

RDCC — Há pouco nós falávamos sobre a Constituição, que o senhor entendia (a la Lassale, aparentemente) como uma folha que reflete ou que traduz, para o Jurídico, as relações de poder...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Certamente.

RDCC — ... então, essa influência sobre o Direito Civil do poder refletido na folha de papel, não pode ensejar o arbítrio também? Não se perderia a estrutura conceitual que, em alguns casos, estabelece o limite do arbítrio?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Não. Não porque, eu dizia, eu posso resolver as questões de Direito Privado usando o código, que me dá os limites necessários para o exercício da jurisdição sem cair no arbítrio. O arbítrio é afastado na medida em se exige que o juiz fundamente a sua decisão, explique porque está aceitando aquele princípio e não outro e, com isso, afasta-se o subjetivismo da decisão, sempre sujeita a recursos e à crítica do mundo jurídico. Evidentemente que as soluções adotadas na Constituição são soluções de compromisso, isto é, atende a interesses, representando aquilo até onde foi possível chegar. Essas soluções dadas pela Constituição evidentemente refletem uma situação de poder, que por sua vez está sujeita à consciência política da nossa sociedade. Mas a Constituição que resulta disso é um documento jurídico. Aí já se entra no jurídico. O juiz não está autorizado a praticar atos arbitrários, mas sempre limitado pelo sistema.

No caso do Direito Civil, o Código estabelece limites suficientes para uma decisão justa. Então se diz: sim, mas o código, com esses princípios e cláusulas gerais, é indeterminado e cria insegurança. Na verdade, ele só é mais flexível, permitindo soluções diferentes daquelas que decorreriam da simples subsunção. Mas o fato é que ele tem a vantagem de permitir uma decisão mais ajustada à realidade, mais próxima do consenso de justiça. Ao mesmo tempo, a existência das cláusulas gerais exige do juiz uma fundamentação. O que é preciso é que os tribunais e a magistratura atendam para esta necessidade, isso é, não se pode usar a cláusula geral apenas para se chegar a uma

solução agradável, mas para resolver uma questão de justiça devidamente fundamentada. E os fundamentos afastam a discricionariedade.

RDCC — Queria discutir um pouco com o senhor sobre o Direito Civil em uma perspectiva funcional. Podemos ter, parece-me, uma dupla visão sobre as finalidades do Direito Civil. Ele pode ser visto como um agente (ou um dos agentes) transformadores da sociedade. Uma sociedade injusta como a nossa, com uma série de mazelas que vêm desde escravidão, com desigualdades arraigadas e assim sucessivamente, parece clamar por mecanismos jurídicos capazes de transformar essa realidade. Por outro lado, o Direito Civil também pode ser visto como um dos pilares estruturantes da sociedade civil, como um ramo do Direito que se encarrega sobretudo de estabelecer os padrões ou os limites dentro dos quais se exercem as liberdades. Serve de exemplo dessa função a trajetória histórica do BGB. Ele entra em vigor quando a Alemanha ainda era um império, passa pela República, vigora durante uma das piores ditaduras do mundo recente, assiste ao processo de redemocratização e de reconstrução econômico-social, bem como à introdução do Direito Comunitário e, durante todos esses anos, se mantém com um perfil e textos semelhantes desde 1896/1900. Em outras palavras, o BGB não foi o veículo das mudanças alemãs e tampouco as justificou. Mas ele parece ter sido o esteio para a manutenção da sociedade com seus padrões e consensos mínimos na vida privada. Diante desses dois modelos, qual é a função que cabe ao Direito Civil contemporâneo?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — No Brasil? Parece-me que o Direito Civil tem de ser usado no Brasil para além dessa função estruturante das relações civis. Cabe a ele abertura para um passo à frente. Isso é, eu tenho que usar essas normas que estão no código, no Direito Civil de um modo geral, para permitir a realização de uma sociedade cada vez mais aperfeiçoada. Se me fixar apenas na definição dessa estrutura que está aí, eu estarei de algum modo cometendo uma série de injustiças que, de algum modo, estão presentes no sistema.

Ocorre que posso, sem ser revolucionário, empenhar-me e de algum modo auxiliar na realização de melhor da justiça. O Direito Civil tem de ser usado também, penso eu, com essa visão de aperfeiçoamento das relações sociais em relação ao futuro. E Código, nesse ponto, permite a participação mais ativa da doutrina, não só dos juízes, que têm inegavelmente um papel relevante, mas também da doutrina, dos professores. A dificuldade está em que todos nós somos educados segundo um outro sistema, sistema fechado, com a preocupação apenas estruturante. Essa abertura para um novo e para novas relações e para, talvez, soluções mais justas, ela se torna difícil de realizar porque nós operadores não temos esta disposição, não temos essa visão e muitas vezes não somos conhecedores dos mecanismos para implementá-la. Toda nossa formação foi feita de acordo com a orientação de um sistema fechado.

RDCC — E nesse cenário, qual é o papel da autonomia privada?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bem, é mais uma questão política do que propriamente jurídica, isso é, nós temos um ambiente que o Estado me permite atuar, e isto me parece deve ser preservado. Tenho de manter a autonomia privada, manter os limites precisos daquilo que o cidadão pode fazer e aquilo que não pode fazer, e dentro disso ele deve ter a liberdade de agir. Na medida em que o Direito assegura essa autonomia privada, nesse sistema econômico que temos, ele está agindo bem, penso eu.

RDCC — E qual o papel do Código Civil? Será que se concretiza na prática aquela

visão propagada pelo Prof. Clóvis do Couto e Silva, do Código como o eixo central do sistema de Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu acho que sim. Você pode observar: todas essas leis esparsas são aplicadas, de algum modo, de acordo com os princípios do Código Civil. E isso é bom. Na medida em que se apanha alguma norma sobre um contrato qualquer, de alienação fiduciária, por exemplo, devo aplicá-la à luz do código. É uma solução recomendável. Isso é, ele sempre vai influenciar, de algum modo, essa legislação esparsa que está aí.

RDCC — E por que o Código Civil e não a Constituição?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Porque a Constituição fica um pouco mais distante. Para aplicar a Constituição diretamente à relação de Direito Privado tenho que fazer toda uma fundamentação necessária à aplicação. É um caminho mais longo e que exige uma fundamentação mais elaborada. Enquanto que, se eu tenho a lei, não preciso fazer esta argumentação e a aplico diretamente. O processo argumentativo é mais fácil, mesmo na aplicação de princípios. Quando veio o Código Civil, para o operador ficou mais fácil aplicar os princípios porque não precisou mais argumentar sobre suas razões, que já estão na lei. O princípio já está consagrado e isso facilita o operador, pois os princípios já são postos ao lado de seus próprios limites.

RDCC — E o Código de Defesa do Consumidor? O senhor acompanhou o nascimento do CDC de perto e, desde então, teve um envolvimento grande com ele. Em certa medida, foi inclusive um dos responsáveis para que o Direito do Consumidor tenha se firmado entre nós. Eu me recordo da sua importante atividade à testa dos então Juizados de Pequenas Causas, além de ter sido um julgador sempre se preocupou com a boa aplicação do CDC. Eu gostaria de lhe ouvir um pouco sobre o CDC e de seu papel no Direito Privado brasileiro.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bom, tu falaste nos juizados. Tanto os juizado, quanto o Código do Consumidor, quando surgiram, foram vistos como de “segunda categoria”. Os juizados eram vistos como um órgão de pouca importância para o Judiciário, e o CDC era visto como uma lei irrelevante para a sociedade. É assim que surgiram. Na época, precisávamos fazer propaganda dos juizados nos ônibus para chamar as pessoas para eles. E era uma dificuldade convencer a administração dos tribunais de que eles deveriam ser estruturados, mereciam apoio. Até hoje os juizados são uma realidade importante, especialmente na Justiça Federal, onde absorvem uma grande parcela das demandas. Na Justiça Federal também havia essa mesma ideia. Foi quando eu estava no Conselho da Justiça Federal que se fez a nova lei e se implantou os juizados na Justiça Federal, às vezes com muita resistência.

Bom, assim também foi com o CDC, que era visto como uma lei de segunda categoria. Quando eu examinei suas questões, já tinha bons fundamentos, em razão dos conhecimentos dessa área a partir dos estudos com o Clóvis. De fato, o CDC trouxe para o ordenamento jurídico aqueles princípios que nós estávamos tratando de aplicar no Direito Civil como um todo, mesmo que sem uma fonte expressa na lei civil. E como eu cuidava disso com interesse, isso terminou sendo levado à jurisprudência e pelo menos discutido, especialmente no STJ. Acredito que os estudos feitos no Direito Civil me auxiliaram a compreender o Código do Consumidor, sua importância e seus princípios. Inclusive, sempre que possível, tratei de aplicá-lo e isso de algum modo auxiliou da sua aplicação é respeito ao novo diploma. O STJ, nesse ponto, teve um papel muito importante.

RDCC — O CDC tem influência sobre a interpretação do Código Civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Acredito que sim. As ideias que permeiam o Código do Consumidor, sendo aplicáveis a uma relação civil, ainda que de consumo, essas mesmas ideias acabam se aplicando, ou pelo menos influenciando a compreensão de outras relações de Direito Civil mesmo que não sejam de consumo. As relações civis, cada uma a seu modo, devem atender a certos princípios, princípio de lealdade, de informação etc. Isso deve estar presente em qualquer espécie de contrato. Entre nós, parece-me, essa compreensão veio do Código do Consumidor. Excelente diploma, que devemos à competente comissão de juristas que o elaboraram, é à divulgação que lhe deram o ministro Hermann Benjamin e a professora Claudia Marques.

RDCC — Temos hoje tramitando no Congresso um projeto de Código Comercial. Eu não queria tratar aqui deste projeto e das suas polêmicas, já que ainda está em aberto se e como ele evoluirá. Mas queria tratar da necessidade de um novo código no âmbito do Direito Privado brasileiro, depois do Código Civil de 2002 ter unificado os textos que regem as obrigações civis e comerciais. Há espaço para uma nova cisão?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bem, eu não conheço o projeto. Por princípio, eu não leio projetos. É melhor não se ater ao projeto, porque não se sabe até aonde ele vai. Mas, mesmo assim, eu não sou contra um Código Comercial, cujo projeto que ora tramita é da iniciativa do professor Fabio Ulhoa Coelho. O Código Comercial trata de uma relação específica entre empresários. As relações entre empresários deve ter uma conotação diferente daquelas entre os cidadãos comuns, leigos, que fazem um contrato de locação, ou um cidadão comum que faz um contrato de consumo. Diferentemente dessa situação está o empresário, de quem se presume ter certos conhecimentos, a quem se impõe certos deveres e a quem, portanto, se exige uma conduta comercial, uma conduta negocial, diferente da que se faz para o cidadão leigo. Isso me parece que justifica a existência de uma lei específica para o empresário.

Eu recordo que o professor Lélcio Candiota de Campos, de Direito Comercial, certa vez me disse que um problema na aplicação do direito cambiário estava em que a lei cambial fora feita para regularizar situações entre os empresários e, quando você transfere isso a uma relação com leigos, este sofrerá restrições, imposições, exigências, a que ele não estaria habituado, nem esperava suportar. Transfere-se o que seria exigível do comerciante, alguém preparado. Então, existem normas que são apropriadas para os comerciantes e normas que são apropriadas para os cidadãos comuns. Na medida em que for criado um código que se propõe a regular exclusivamente a relação entre os empresários, parece-me que se trata de uma ideia que não é criticável.

RDCC — E como se daria a coexistência entre essas três leis maiores do Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O principal seria o Código Civil, penso eu, tendo de um lado, o comercial e, de outro, o consumidor. Todos de algum modo influenciariam e seriam influenciados.

RDCC — Seria uma coexistência por meio da parte geral?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Não necessariamente. No contexto dos três diplomas, além da parte geral que têm ou possam ter, encontraremos regras e princípios utilizáveis para a solução de casos concretos que, embora submetidos basicamente a uma das leis, possam ser interpretados com o auxílio da outra. Os conceitos dos diversos tipos de

relações podem auxiliar na compreensão de situação prevista em outro diploma. O certo é que, em princípio, cada uma delas tem suas próprias normas interpretativas, e aplicação deve corresponder à hermenêutica de cada uma delas. Embora essa recíproca influência, O Direito Civil vai continuar sendo o centro, o cerne de toda a estrutura de Direito Privado. Cabe a ele ter as normas básica, as definições mais relevantes.

RDCC — E também ficaria com ele a parte conceitual de Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente. Cabe esse papel ao Direito Civil, ao Código Civil. Você não precisa nem sequer abrir o Código Comercial para buscar a parte conceitual, salvo naquilo que tenha regramento específico. O Código Comercial deve tratar especificamente da relação entre empresários e definir esta relação, mas não estabelecer conceitos que são gerais do Direito Privado. Estes conceitos devem ficar no Direito Civil e é lá que eles estão.

RDCC — Ainda sobre o Código Civil, o senhor teve um papel importante no desenvolvimento da interpretação do código, que foram as Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, que, depois, deu origem às Jornadas de Direito Comercial, igualmente capitaneadas pelo STJ. De onde veio essa ideia e como foi a sua implementação?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O Código Civil resultou de um projeto elaborado 30 anos antes, mas que nesse tempo não foi discutido nem debatido no país. Quando a nova lei entrou em vigor, praticamente não tínhamos critérios interpretativos, a doutrina era escassa e nenhuma a experiência forense. Tirante as lições dos ilustres juristas que integraram a comissão, professor Miguel Reale e ministro Moreira Alves, eram poucos os elementos. Daí a ideia de reunir juristas dedicados ao estudo do Direito Civil, professores, magistrados, advogados, e representantes das diversas entidades jurídicas, em Brasília, sob os auspícios do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, do STJ, para sugerir a possível interpretação dos artigos do novo Código. O formato do encontro eu busquei nas Jornadas de Direito Civil realizadas na Argentina, onde são apresentadas proposições e aprovados enunciados, no estilo de ementas, que registrariam o resultado dos debates e poderiam ser facilmente divulgados. A expressiva participação de renomados juristas e a qualidade dos trabalhos justificaram a ampla aceitação dos enunciados, que hoje constam dos principais ementários jurídicos do país. Minha participação sempre foi secundária, sugerindo e acompanhando os trabalhos, porque as decisões sobre a realização das Jornadas foram dos presidentes do STJ e dos coordenadores do Conselho da Justiça, e hoje também da ENFAM. Quem realmente organiza os trabalhos, seleciona as proposições e dirige os grupos de temáticos são os cinco Professores integrantes da Comissão Científica, com o auxílio da Secretaria do Conselho.

RDCC — Qual o papel dessas jornadas no futuro?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — As jornadas continuarão sendo uma oportunidade para o encontro e o debate dos temas de Direito Civil e Direito Comercial. O modelo adotado é produtivo, não mais com aquela finalidade inicial e premente de fornecer critérios interpretativos para o novo código, mas sempre abrindo novas frentes de debate. O ideal seria que esse trabalho se repetisse nos Estados, como aconteceu recentemente em São Paulo, quando foram realizadas, sob a presidência do IASP e coordenação do professor Fabio Ulhoa Coelho, jornadas para debate dos julgamentos das câmaras especializadas em Direito Empresarial, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

RDCC — Vamos falar sobre alguns campos específicos do Direito Civil, começando pela responsabilidade civil. Se olharmos a história recente da responsabilidade civil, vemos uma ampliação da objetivação, ou seja, da responsabilidade sem culpa. Será que podemos dizer que hoje o papel da culpa é realmente secundário ou ela continua tendo um papel estruturante, conceitual, da responsabilidade civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Essa tendência de objetivação existe e está presente em diversos ramos, especialmente no Direito Administrativo. Mas o fato é que mesmo no Direito Administrativo, onde reina a responsabilidade objetiva, há exceções. É exemplo a responsabilidade pelos atos omissivos. Na minha opinião, o Estado somente responde por atos omissivos se ficar demonstrado que ele, o Estado, não teve a diligência que deveria ter tido em se omitir. Então, é preciso examinar a culpa. Nos atos jurisdicionais, eu penso que somente se pode responsabilizar o Estado pelo ato jurisdicional se ficar demonstrada a culpa grave do juiz, porque não é só pelo fato dele dar uma decisão que fira interesses de A e B, que pode o Estado ser responsabilizado. Então, mesmo que haja uma ampliação dos casos de aplicação da responsabilidade objetiva, ainda há presença da culpa.

Além disso, quando estou diante de um caso em que a lei diz que a responsabilidade é objetiva, ainda assim, muitas vezes o que há é uma presunção de culpa, pela qual se afasta a necessidade de fazer a prova. A ideia de que a responsabilidade é fundada na culpa está entranhada na nossa vida cultural e, se existe uma abertura para a responsabilidade objetiva, é porque estamos vivendo em sociedade em que a demonstração da culpa afasta a responsabilidade, totalmente, em alguns casos. Mas também é verdade que, no fundo, a gente aceita esta responsabilização quando se percebe no outro lado uma imprudência, uma negligência etc. E isso é a culpa. Então sintetizando, há uma tendência de objetivação. Mas mesmo em casos de responsabilidade objetiva, há espaço para a responsabilidade por culpa. Ainda há sempre uma necessidade de convencimento pessoal de quem aplica, de reencontrar ali uma conduta descuidada.

RDCC — Será que, teoricamente, nós poderíamos imaginar uma responsabilidade civil sem nenhum rasgo de culpa? Será que nós continuaríamos tendo responsabilidade civil, ou teríamos um sistema de seguro social ou de transferência de risco, simplesmente?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — É, tens razão. Porque, se eu não examino a culpa e vou sempre punir o sujeito que praticou a ação, bastando a relação de autoria e causalidade, o Estado vai ter que encontrar um sistema destinado a proteger as pessoas que atuam na sociedade. Essas pessoas vão necessariamente praticar ações e, necessariamente, produzir resultados muitas vezes danosos. Então o sistema de seguro – que, no Brasil, deveria ser muito mais desenvolvido do que é, aliás – o sistema do seguro socializaria essa responsabilidade e daria segurança também à pessoa. É difícil imaginar a responsabilidade do cidadão só porque ele está atuando em sociedade. Há quem critique essa solução, alegando que pessoa tenderia sempre a ser mais descuidada porque amparada pelo seguro. Penso que essa observação não procede, os percalços de uma responsabilização, ainda que segurada, sempre seria causa de transtornos a evitar.

RDCC — Não sendo assim, a responsabilidade civil acabaria sendo um sistema que acabaria, sem um critério razoável, punindo alguns sem punir a todos.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente.

RDCC — A ausência absoluta da culpa acaba também sendo injusta na distribuição das

cargas e ônus sociais. Não havendo culpa e sendo responsabilizados apenas alguns, haveria uma distribuição digamos assim, lotérica, dos ônus sociais. Nesse sentido, a culpa se apresenta como um critério de justiça, já que ela é a razão da consequência sancionadora.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, porque ela justifica a punição por si. A culpa, o reconhecimento da culpa é basicamente o fator de justificação da indenização.

RDCC — Vamos nos voltar agora para os contratos. O novo Código Civil trouxe uma figura que possui características de jabuticaba, tipicamente brasileira. É a função social do contrato. Passados mais de dez anos da vigência do novo Código Civil, até hoje não se sabe exatamente o que é essa tal de função social do contrato. O STJ também me parece ainda não conseguiu delinear uma definição nítida do que seria a função social do contrato. Será que nós estamos diante de um verdadeiro princípio, ou seja, um juízo com função normativa capaz de reger as relações? Ou será que estamos simplesmente diante de um princípio declaratório, cuja finalidade é afirmar que as relações contratuais, ainda que tenha efeitos limitados às partes, possuem conexões necessárias com a sociedade e, portanto, deve considerar as consequências sociais dos contratos? Há uma função operativa concreta da função social do contrato sobre os contratos?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Até hoje sempre se teve dificuldade de definir o conteúdo deste princípio e isso faz com que não seja aplicado ou que seja invocado muitas vezes sem nenhuma razão. Eu acho que, por esta dificuldade, vai gerar a compreensão de que se trata de um princípio dotado dessa segunda função que tu referiste, ou seja, muito mais declaratória do que propriamente operativa.

RDCC — Tanto que, muitas vezes, o princípio é invocado apenas como um plus argumentativo.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso, só na argumentação. Quando o aplicador se depara com uma situação que já está sendo resolvida de algum modo, com base em outras regras ou princípios, a invocação da função social do contrato é para dar o fecho da argumentação. E aí, cabe para qualquer situação, porque em todas as relações sociais e em todas os contratos eu posso examinar se ele está ou não atendendo aquela finalidade social para qual ele foi instituído. E como eu não sei bem o que é essa finalidade – muitas vezes uma finalidade ad hoc – é obvio que eu não vou ter condições de promover uma definição geral. Será uma invocação no caso e para o caso. Então, fica sempre no âmbito do argumento. É muito mais um reforço argumentativo do que um princípio propriamente dito.

RDCC — E o Direito de Família? Se não me falha a memória, o senhor nunca se dedicou fortemente ao estudo do Direito de Família.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — É que eu sou casado já há 40 e tantos anos, então...

RDCC — Isso é de fato um problema técnico! O senhor acaba entendendo pouco de divórcio...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sem dúvida! Não entendo bem porque acabei não me envolvendo com isso na prática. Tenho a consciência de que o divórcio dá mais trabalho do que... o matrimônio. Ou seja, mantenho o matrimônio por uma questão prática. (risos)

RDCC — E como julgador, como eram as suas posições sobre o Direito de Família?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu sempre fui um liberal nessa área. Ao contrário do

professor Clóvis, aliás. O Clóvis foi o redator da parte do Direito de Família no novo código e foi uma parte que mudou substancialmente com a Constituição. Do ponto de vista estrutural, isso gerou problemas, pois as adaptações perderam uma visão de organização que o projeto possuía. O Clóvis, em termos de Direito de Família, era muito conservador. De minha parte, eu sempre fui mais liberal.

Creio que foi do nosso tribunal, da 5ª Câmara, a primeira decisão, ou pelo menos uma das primeiras decisões brasileiras, reconhecendo os direitos de uma concubina sobre o patrimônio construído em comum. Na época, o concubinato não gerava nenhum direito pois, do ponto de vista moral, ele era recriminado. Também, há mais de trinta anos reconheceu-se o direito da concubina de receber alimentos. Mais tarde, no STJ, votei no sentido de reconhecer o direito do companheiro à herança do falecido. Certa vez, reconheci o direito da mãe adotiva de receber o auxílio que era concedido à mãe biológica, que o INSS não reconhecia porque ela, a adotiva, não era “mãe”. E assim por diante. Eu sempre fui muito liberal na interpretação e aplicação do Direito de Família.

RDCC — E como é que o senhor vê o casamento entre pessoas do mesmo sexo?
Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso aí é o desenvolvimento da sociedade e a tendência é de aceitação. A sociedade caminha para esse lado, não só no Brasil, como também em outros países. Amanhã ou depois, o casamento entre pessoas do mesmo sexo será aceito como um fato normal. Hoje ainda há uma certa restrição, mas creio que é momentânea. O que eu ainda tenho dúvidas é com a situação dos filhos criados em famílias formadas por pessoas do mesmo sexo. Até que ponto isso aí pode prejudicar o desenvolvimento psicológico da criança, eu ainda não sei. Mas vamos ver o que acontece. Não se tem experiência suficiente nisso ainda.

RDCC — Muito embora, no Brasil, tenhamos uma maior facilidade de decisão sobre o tema, porque a alternativa para uma criança que está para ser adotada por um casal do mesmo sexo é a não adoção e, portanto, seguir na situação de abandono. Então...
Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso mesmo. A alternativa é horrível, certamente. Não há outra solução, pelo contrário. É preciso que se diga também que, em termos de adoção, embora a lei seja facilitada, a gestão judiciária da adoção é demorada. São meses, anos para se conseguir liberar uma adoção. Em vez de facilitar... Ocorre que há uma preocupação muito grande, justificada em parte, de que a adoção possa servir para comércio, atos ilegais. Daí o cuidado na verificação da situação da criança, dos pais biológicos, dos pais adotivos etc. Mas isso tudo deveria ser mais facilitado. E, voltando à questão, na alternativa entre deixar a criança em um reformatório ou tê-la adotada na casa de um casal homossexual, que se fique com a segunda. A criança certamente será mais beneficiada.

RDCC — Vamos falar um pouco sobre Judiciário. Nós não chegamos a falar sobre isso no início, mas é o senhor além de ter sido juiz, é filho de juiz e pai de juiz.
Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Na Faculdade de Direito da UFRGS tem um anuário de estudantes que se formaram lá. Então, tem o Ruy Rosado de Aguiar, o Rui Rosado de Aguiar Júnior e o Ruy Rosado de Aguiar Neto... três.

RDCC — E três juízes.
Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso mesmo. Eu tenho uma outra filha que é juíza também. Juíza federal.

RDCC — O Judiciário enfrenta hoje questionamentos sobre a sua eficiência, considerando o volume de trabalho, sobre sua idoneidade, considerando casos de corrupção, sobre a sua eficácia, considerando os seus custos versus as respostas que ele dá à sociedade. Como e que o senhor vê o Judiciário hoje?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Com relação a idoneidade, os problemas que se tem, de um modo geral, são relativamente pequenos. Na medida do possível, juízes inidôneos são punidos administrativamente. O afastamento definitivo do juiz já é mais difícil, porque depende de um processo judicial. Mas, administrativamente, há punição.

O que eu vejo nessa situação toda da prestação da jurisdição é que o Brasil tem um processo civil e um processo penal que são os causadores de uma situação hoje invencível. Atribuo basicamente ao processo, pelo seu formalismo. Agora mesmo anularam um processo porque a parte alegou que na audiência não teve condições de ouvir uma testemunha. Então você anula um processo que demora dez anos, porque não foi ouvida uma testemunha, em vez de mandar ouvir a testemunha e sanar a falta? Há algum tempo, anularam um processo criminal porque o réu esteve algemado na audiência, como se isso fosse a causa de invalidade de todos os atos realizados no procedimento, longo e demorado.

O processo, com esse formalismo que nós o temos, está simplesmente fadado a não funcionar. Não tem judiciário que, do ponto vista orgânico, se estruture suficientemente para dar vazão à demanda. A configuração do nosso processo, pela maneira com que se garante aqui todas aquelas importantes garantias de devido processo legal, de ampla defesa, contraditório etc., é algo excessivo e emperrado. Há recurso em tudo e para tudo. E isso faz com que o processo civil se torne inviável. Começa com o processo de conhecimento, que demora de cinco a dez anos, e continua com o processo de execução, que é outro que demora de cinco a dez anos.

O processo de execução, aliás, eu acho que nem deveria estar no Judiciário. É uma questão administrativa. O juiz deveria dizer: “tu tens direito a dez e, se não te pagarem, ali na esquina tem um cartório que vai cuidar da execução. Qualquer problema que surgir lá, tu me trazes aqui que eu resolvo. Mas eu não vou cuidar da execução.” O juiz não tem condições de controlar a execução, saber onde mora o devedor, quais os seus bens, se é casado, etc. A União, os estados e municípios entram com ações e nem sequer sabem onde estão os seus devedores. Cabe ao juiz descobri-los, citá-los, encontrar os bens, penhorá-los, intimá-los, dar destinação aos penhorados...já foste em um depósito judiciário? É a coisa mais lamentável do mundo. São bens que não prestam serviço ao devedor e não estão na mão do credor, estão se deteriorando. Se é um animal, se é uma máquina, tu tens que cuidar do animal, conservar a máquina. Aí depois tu levas a leilão, à hasta, à praça, é depois anulam a praça porque algo faltou no edital e começa tudo de novo. O processo de execução é algo que não se casa com a atividade judicial, pelo formalismo à que o juiz está submetido. No processo de conhecimento então são tantas as garantias, tantos os recursos, em todos os níveis, é um nunca acabar. Isso faz com que estejamos hoje julgando os juros e a correção monetária da pequena poupança feita há trinta anos. Isso é possível? É ainda falta o recurso ao STF. Um Estado que tem um processo judicial que leva trinta anos para decidir sobre a correção monetária do depósito do pequeno poupador, ele não está cumprindo com a sua função. Essa jurisdição não existe. Portanto, o modelo que nós temos é um modelo falido e eu não vejo como, mantendo-se esse modelo, ainda que ajustando certas partes dele, que nós tenhamos uma solução para o caso. Não teremos.

RDCC — Quais seriam as soluções possíveis, além de acabar com o processo de execução, que, de atividade jurisdicional, tem muito pouco?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Tínhamos que ampliar a mediação e a conciliação. Na Inglaterra, a parte vai ao seu advogado, o advogado comunica a pretensão à outra parte, que constitui o seu advogado e eles dois, os advogados, vão tentar se acertar. Se não se acertarem, vão ao mediador e, se não se acertarem, daí é que as partes vão ao juiz. Bom, aqui há a necessidade de se ir sempre e diretamente ao juiz. O nosso sistema estimula a demanda. Além disso, a ordem administrativa não permite nenhum tipo de garantia do cidadão contra os pequenos abusos. As agências não funcionam para a realização da sua finalidade e não há como reclamar para uma agência reguladora a pequena ofensa. Daí, tudo tem que ir ao Judiciário. Nós temos que evitar que essas pequenas demandas cheguem ao Judiciário, porque elas não precisam chegar.

Só para te dar um exemplo de irracionalidade do nosso sistema: instalaram um Juizado Especial Cível no aeroporto para julgar as causas de overbooking, perda de bagagens etc. Então eu te pergunto: não seria o caso de ter lá um funcionário da ANAC ou de qualquer órgão público que recebesse essa reclamação, tivesse condições de examinar de pronto a procedência das alegações e que pudesse determinar retirada imediata, no banco, dos 500 reais em benefício daquele que já se constatou que tem evidente direito? Poder-se-ia ter um fundo, com recursos das empresas, destinado a permitir a imediata realização do direito. Veja, não se está tratando de um caso que exige uma longa dilação probatória. A existência ou não do overbooking é algo que se constata na hora. Mas não, não funciona assim. Tem-se que ir ao juiz. Então, o juiz tem que analisar o caso, mandar processar, com citações, intimações etc. A parte tem de voltar ao Judiciário, talvez mais de uma vez. Tem que ter julgamento, tem-se que ouvir testemunhas, haverá recurso... é um descabimento. Isso mostra como está desviado o nosso processo. Tudo é encaminhado ao juiz e, se tudo vai ao juiz, acumula.

Também há a questão das ações massificadas. Até hoje não encontramos um meio de tratá-las adequadamente. Então, uma das soluções seria evitar a pequena demanda, que pode ser resolvida administrativamente, objeto de uma mediação ou da conciliação e que, em último caso, haja a intervenção do Judiciário. E que, no Judiciário, seja prestigiada a decisão de primeira instância. Antigamente, quando o meu pai era juiz municipal, o recurso da decisão dele ia para o juiz da comarca. Como ele tinha um certo grau de competência, o julgador do recurso da decisão dele não era o tribunal, mas o juiz singular da comarca. Agora vem tudo para o tribunal. Vem de qualquer nível, vai para o tribunal e de qualquer nível vai para o STJ e, dali para o Supremo, ou diretamente para o STF do juizado especial cível. Então, esse sistema recursal que nós temos hoje é pior do que o que nós tínhamos há meio século. Procurar reforçar a decisão de primeiro grau e criar mecanismos de controle do ingresso das ações, ampliar as competências dos juzizados especiais, porque o procedimento dos juzizados é um procedimento razoável e adequado a pequenas demandas.

O juizado especial federal funciona bem porque o cumprimento da sentença se dá mediante a expedição de ordem, para pagamento de recursos que já estão à disposição do STJ. Ou seja, tem-se uma sentença eficaz e cumprida. Nos juzizados especiais cíveis há a dificuldade da execução, porque muitas vezes a outra parte não tem o recurso para pagar. E, com isso, volta-se ao que falamos antes: dificuldade de execução, que fica pendente no próprio Judiciário. Nós temos várias alternativas postas na mesa, além de

experiências de outros países que podem nos auxiliar em parte. A partir daí, também temos de mudar nossas mentalidades. Hoje os juízes estão acostumados a um procedimento em que tudo é levado para citação, audiência, sentença, recurso. Mas ele deveria estar habituado com a conciliação, deveria incentivar a conciliação, controlar a mediação, incentivar a arbitragem.

Ainda ontem eu estive em uma reunião da OAB-RS sobre arbitragem, que está criando a sua Câmara Arbitral. Uma das propostas é de que se solicitasse aos juízes, no momento da conciliação inexitosa, sugerissem às partes levar o caso à arbitragem, que ainda é uma desconhecida. Nós não temos nada na faculdade a respeito de arbitragem, de conciliação, de negociação. O que que se faz nas faculdades de Direito brasileiras sobre negociação? Nada. Os advogados são formados e incentivados a promoverem ações, acostumados e ensinados, desde o início, a demandar. São demandistas, e essa cultura toda tem que mudar. E para mudar isso precisa muita coisa, a começar pela própria Constituição. É lá que se encontram todos os princípios. Assim, toda lei que vier limitando algum tipo de recurso, contraditório, ampla defesa etc., toda regra que vier, de algum modo, eliminar uma veia desse “demandismo”, sempre vai bater em uma arguição de inconstitucionalidade.

RDCC — Deixe-me mudar o foco novamente. Até agora, ouvimos a sua análise sobre fatos externos. Agora, queria ouvir um pouco do senhor sobre si mesmo. Se olharmos a sua trajetória, vemos alguém que foi advogado, promotor, professor, juiz e, hoje, é parecerista e árbitro. A ordem, aqui, foi cronológica, ou seja, sem nenhuma atribuição de importância. É isso que eu queria do senhor. Qual dessas profissões lhe define? Qual é aquela com a qual o senhor mais se identifica?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Fico entre o magistério e a magistratura. O magistério obriga o estudo sistematizado, a constante atualização, o agradável convívio com os alunos. Incentiva a busca de novos caminhos, doutrinas e teses. Propicia o encontro com professores e juristas de todos os países. Acima de tudo, gratifica por permitir acompanhar o desenvolvimento dos jovens estudiosos, que em pouco se tornam doutores renomados, como acontece com o meu entrevistador. Mestre é o que mostra e nisso era inexcusável o professor Galeno Lacerda. É a felicidade do mestre é ver o aluno superá-lo, a evidenciar que cumpriu sua missão.

A magistratura porque permite o uso da jurisdição, o processo aberto à espera de uma solução justa. A magistratura gratifica porque permite ao juiz superar suas dúvidas e a final encontrar a solução que ele considera justa. A função do juiz é fazer justiça. O juiz deve estar consciente de que é um servidor, atento ao interesse das partes, capaz de compreender suas angústias e usar dos instrumentos que a lei lhe fornece para bem resolver o litígio. A magistratura oportuniza o convívio com os advogados, profissionais afeitos ao combate forense, pelos quais sempre tive admiração.

RDCC — O senhor ainda tem muitos anos de produção, sem dúvida. Mas, olhando para trás, vemos uma trajetória que nos permite observar tanto o plantio quanto uma vasta colheita, plena de frutos dos mais diversos. Fazendo um balanço da sua carreira, qual é o seu principal legado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Tenho que a minha principal contribuição decorreu da reunião de alguns acasos que a vida me proporcionou: ao estudo do Direito Civil, com o professor Clóvis do Couto e Silva, somou-se a edição do Código de Defesa do Consumidor e do novo Código Civil, concomitantemente com a minha nomeação para o

STJ, para onde acorreram os primeiros recursos sobre as novas matérias, propiciando julgamentos com base nesses novos princípios. De outra parte, pelo mesmo acaso, estava presente quando se cuidou de elaborar a legislação e tratar da implantação dos juizados especiais estaduais e federais, e mais recentemente, no acompanhamento das Jornadas do CEJ.

RDCC — E quais são os seus projetos para o futuro?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. Para o futuro, pretendo continuar com a mesma atividade no escritório e participando de alguns eventos jurídicos. Tenho de urgentemente atualizar os comentários ao novo Código Civil, da coleção organizada pelo Min. Sálvio de Figueiredo.

1. Iraí é uma pequena cidade da região norte do Rio Grande do Sul, hoje com aproximadamente 8 mil habitantes, próxima à divisa com Santa Catarina. É referida por seus habitantes com a inclusão do artigo definido masculino.

2. Fundado em 1900, o colégio Júlio de Castilhos é um dos mais antigos e tradicionais do Rio Grande do Sul. Ficou conhecido por sua formação rigorosa e pelo elevado nível dos seus professores. No Julinho, como é conhecido, estudaram políticos, artistas e juristas de grande destaque nacional. Também foi ali o berço do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), criado por um grupo de estudantes. Posteriormente, os CTGs se espalharam pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, além de serem encontrados em outros países.

3. Ajuris é a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul.

4. Jean Carbonnier (1908-2003), civilista francês.

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Coleta de dados para aperfeiçoar pesquisa termina em 30 de agosto

Gestores educacionais, professores, pesquisadores e demais usuários da base de dados do Censo da Educação Superior têm até o dia 30 de agosto para participar do aprimoramento do Censo da Educação Superior. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) convida os usuários a responder um questionário on-line sobre a utilização dos dados da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados para a realização da pesquisa está em processo de revisão. Por isso, o Instituto conta com a colaboração fundamental de quem utiliza ou já consultou as informações do censo, acolhendo sugestões e críticas.

O formulário da pesquisa traz perguntas que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. A Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, por meio da Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior, elaborou o questionário, disponível no portal do Inep.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de educação superior, os cursos, os docentes e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das instituições em programas do Ministério da

Educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as bolsas subsidiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O censo financia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), dois dos Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social - INEP

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Bases de conhecimento da OCDE disponíveis para o público

Coleções multidisciplinares com estatísticas, livros, periódicos e obras de referência de 1961 até 2019. Esta é a base de conhecimentos globais de informação e análises da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) cujo acesso é oferecido gratuitamente pela **CAPES**, via Portal de Periódicos.

Nela os usuários conseguem encontrar materiais em português e/ou voltados para a realidade brasileira. Para acessar, basta pesquisar no Portal de Periódicos o termo "OECD" na opção de busca pela base.

Estão disponíveis seis coletâneas para a comunidade acadêmica brasileira. Todos os dados da editora estão reunidos na plataforma principal – OECD iLibrary – que é uma ferramenta on-line projetada para auxiliar estudantes, professores, pesquisadores, bibliotecários e demais usuários envolvidos com as áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Ambientais, Agrárias, Humanas, Sociais Aplicadas, da Saúde e Engenharias.

Pela plataforma OECD iLibrary o usuário encontrará as publicações por filtros como tema, país ou tema & país, aumentando a precisão da pesquisa.

Acesse o Portal de Periódicos agora mesmo!

Redação CCS/CAPES - 23.08.2019

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissão debaterá proposta do MEC para gestão de universidades

A Comissão de Finanças e Tributação promove, nesta quarta-feira (28), uma audiência pública para apresentação e debate do programa Future-se, do Ministério da Educação, que tem como objetivo possibilitar a realização de parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais para gestão de universidades, e estimular as instituições a captarem recursos próprios para sua manutenção.

O programa foi apresentado em julho pelo MEC e disponibilizado para consulta pública até 29 de agosto. Mais de 50 mil pessoas se cadastraram na consulta, e um projeto de lei sobre o assunto deverá ser enviado em breve ao Congresso Nacional.

"Nos últimos anos, nossas universidades entraram em um período em que o volume da produção aumentou, porém o impacto da produção passou a diminuir. Parte disso pode ser atribuída a incentivos equivocados, focados na expansão sem atenção à qualidade e potencializada por gestores indolentes e incompetentes que se escondiam atrás do

engessamento legal para manter ambientes acadêmicos de pouca inovação e com gestão totalmente ultrapassada", disse o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que solicitou a audiência.

"Nossas universidades precisam ser libertadas do engessamento administrativo para poderem ser geridas com o arrojo que o mercado acadêmico e a ciência de ponta exigem, privilegiando aquelas universidades que valorizam a melhor gestão."

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados o ministro da Educação, Abraham Weintraub; e o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

A audiência está prevista para as 9 horas, no plenário 4.

topo ↕

FOLHA - GO - TEMPO REAL

-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800

O Ministério da Educação (MEC) disse hoje (23) que os candidatos inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) que tiveram problemas em acessar a página para consultar os locais de prova devem ligar para o número 0800 616161. A edição de 2019 ocorre neste domingo (25) em todo o país.

Candidatos têm relatado problemas para acessar a página do participante, onde é possível imprimir o comprovante de inscrição e também saber o local da prova. A assessoria do ministério disse estar ciente de eventuais instabilidade nos portais da pasta e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame.

Segundo a assessoria, o ministério tem trabalhado para reforçar a estabilidade dos portais. Caso o candidato ainda tenha dificuldade de acessar a páginas, o MEC recomenda ligar para o 0800.

No dia 8, o ministro Abraham Weintraub disse que os portais do ministério e do Inep podem estar sendo vítimas de "sabotagem" e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços. O ministro disse que enviou à Polícia Federal (PF) as informações e pediu a abertura de uma investigação.

Na manhã dessa quinta-feira (22), três peritos da PF visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta e levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas.

A página do ministério é o principal canal de acesso a diversos produtos da pasta por estudantes. É o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) . É por meio dela que os candidatos podem se inscrever e obter informações sobre prazos e seleção, por exemplo.

Exame

As provas do Encceja serão aplicadas no turno da manhã, das 9h às 13h, e, no turno da tarde, das 15h30 às 20h30. Os participantes com atendimento especializado terão 60 minutos a mais para terminar o exame em cada turno. Os portões são abertos com uma

hora de antecedência e fechados 15 minutos antes do início da aplicação.

Durante todo o dia, o exame será aplicado em 611 municípios. Em cada nível de ensino, são quatro provas objetivas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha e uma redação. Pela manhã, serão aplicadas as provas de ciências naturais e matemática, para o ensino fundamental; e ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias, para o ensino médio.

À tarde, os participantes farão provas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física, história e geografia, e redação para o Ensino Fundamental; e linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, para o ensino médio.

Para entrar nos locais de provas, o participante deve levar documento original oficial com foto de acordo com os permitidos pelo edital. Cópias, mesmo autenticadas, não serão aceitas. Documentos eletrônicos não valem para o Encceja, como prevê o edital. Quem teve o documento perdido, roubado ou furtado, deve apresentar o Boletim de Ocorrência, expedido por órgão policial há, no máximo, 90 dias anteriores ao dia do exame.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Minicurso na UFMT discute racismo institucional na educação básica

O evento começa às 18h, tem entrada gratuita e será realizado no Instituto de Educação (IE).

Por G1 MT

O Coletivo Negro Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realiza, nesta segunda-feira (26), um minicurso para discutir o racismo institucional na educação básica. A programação faz parte das formações mensais organizadas pelo coletivo.

O evento começa às 18h, tem entrada gratuita e será realizado no Instituto de Educação (IE).

As discussões serão guiadas pela pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (Nepre) da UFMT, Flávia Gilene Ribeiro.

O minicurso abrange os contornos do racismo institucionais em ambientes escolares: raça, racismo e racismo institucional.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

O Future-se, o passado e o Acórdão 2.731

Para entender melhor o contexto e as posições sobre o Future-se, vamos voltar um pouco ao passado. Mas antes vamos analisar rapidamente o programa atual do MEC sob a ótica das fundações de apoio às universidades. Nele, as fundações criadas para gerirem projetos de pesquisa e inovação nem sequer foram consideradas, mesmo que essa polêmica política pública vise a alterar o modelo de gestão com as Organizações Sociais, ferindo a autonomia das instituições federais de ensino superior, incorporando novas fontes de financiamento e promovendo a interação da universidade com a indústria. No entanto, e para contextualizar a discussão, vale a pena observar que não foi a primeira vez que as fundações foram desprezadas pelo ministério. Mostraremos a seguir.

Desta vez as fundações foram simplesmente omitidas, embora sejam credenciadas pelo MEC e pelo MCTIC – que, portanto, tinham o dever de saber quantas, quais e sua utilidade eventual para os fins do programa, cujos objetivos anunciados eram a inovação, a interação universidade-empresa, novas fontes de financiamento e fundos patrimoniais, entre outras. Ou seja, tudo o que as fundações de apoio já fazem junto às administrações das faculdades e universidades federais. Tal omissão demonstra fragilidade ou pressa na formulação do programa do MEC, mas já contornada parcialmente pela Secretaria de Ensino Superior, pois o Confies fez outras reivindicações associadas a essa, qual seja, a manutenção da autonomia da universidade.

No Future-se, as fundações criadas para gerirem projetos de pesquisa e inovação nem sequer foram consideradas

Afinal, 96 fundações não poderiam passar despercebidamente. Os dados falam por si. Mobilizamos mais de R\$ 5 bilhões por ano, duas vezes o orçamento do MCTIC para 2019; 22 mil projetos de pesquisa, envolvendo uma população de 60 mil pessoas trabalhando nos laboratórios de pesquisa e cerca de 80% das importações de insumos e materiais para P&D; além do apoio a dezenas de parques e incubadoras criados desde a década de 80 nas universidades. Tudo isso, aliás, objetivos do Future-se.

Voltando no tempo, em 2008, pelo Acórdão 2.731, promovido pelo TCU e pelo mesmo MEC, as fundações passariam a sofrer a maior perseguição desencadeada contra o seu funcionamento. Foi chamado de “AI-5 das Fundações”. Em mais de 45 artigos, as dezenas de fundações com diferentes graus de organização passaram a ter de cumprir, de uma hora para outra, regras de burocracia que passaram a consumir 35% do tempo de um cientista. Exemplos dessas regras: todas as notas fiscais deveriam ter o número do projeto assinalado no corpo da nota para serem aceitas como comprovação do gasto; não podíamos dar bolsa a estudantes participantes dos projetos de pesquisa; tínhamos de fazer o recolhimento diário das taxas devidas à universidade como se fôssemos banco, entre outras determinações.

Proibiriam que os recursos de origem privada fossem diretamente para as fundações, e com isso tais aportes entrariam na conta única da União e se tornariam recursos públicos. Quem conhece o meio sabe que isso era um desastre para a captação de recursos de empresas para P&D – tudo o que o Brasil não tem, mas de que precisa para se equiparar a uma nação industrializada. De 2008 até os dias de hoje, a burocracia pública hipertrofiou, tolhendo a finalidade de criação das fundações.

Tal situação chegou ao paroxismo, obrigando o Confies a procurar a cúpula da CGU em

2017 e firmar um acordo de simplificação das regras, talvez mais importante do que inúmeras que não se cumprem no país. Inclusive muitas que constam do Marco Legal de 2016.

Voltando ao presente. De fato, as fundações têm sofrido perseguições contra seu funcionamento há muito tempo. Afinal, sendo gestoras de projetos complexos sob regras rígidas e burocráticas, não é difícil cair em não conformidade. Mas, aos trancos e barrancos, são responsáveis pela gestão de grande parte dos projetos conhecidos e vitoriosos, nas áreas da saúde, da engenharia de petróleo, agrícola, meio ambiente, sistema de transportes e de cidades inteligentes. O caso da Coppe é emblemático, mas há outros a serem contados nas 63 universidades federais do país.

A conclusão é de que, mesmo que o Confies tenha se insurgido contra o Future-se, pleiteando que as fundações fossem consideradas no projeto, só uma mente sem visão da história poderia pensar que trocaríamos a autonomia das instituições federais de ensino superior pela entrada delas no projeto. Afinal, esse ponto encabeçava nossa contraproposta. Ainda bem que a crítica do Confies foi ouvida! O projeto será submetido à soberania do Congresso Nacional e os demais pontos serão postos aos deputados e senadores. Essa é a verdade.

Fernando Peregrino é presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

topo 

JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL

UFFS propõe encaminhamentos sobre o programa Future-se Plenária no Campus Erechim reuniu comunidade universitária para debater a proposta do MEC

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim realizou, na última quinta-feira (22), uma plenária para discutir a proposta do programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O auditório do Bloco A ficou lotado durante todo o evento com a participação não apenas de alunos, professores e técnicos-administrativos da Universidade, mas também com representantes do Poder Legislativo municipal, movimentos sindicais, sociais e de grupos estudantis. A plenária teve a participação do professor Leandro Raizer, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que apresentou os principais tópicos da proposta do MEC.

Para Raizer, o Future-se chega em um dos momentos mais cruciais na história das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), considerando pelo menos os últimos 20 anos. “O que está em jogo é a nossa sobrevivência”, apontou. “A sobrevivência de ensino, de pesquisa e de extensão, sobretudo para as novas instituições que foram criadas na última década. É fundamental o envolvimento de todos para discutirmos essa proposta do MEC, em que medida ela se encaixa, e se atende ou não as nossas demandas. E se não atender essas demandas, precisamos pensar em alternativas para propor ao ministério e ao próprio Congresso Nacional, que é para onde será enviado esse projeto”, disse.

O pesquisador ainda evidenciou diversos estudos feitos na UFRGS voltados para temáticas como políticas de financiamento, ações afirmativas e a relação entre desigualdade e educação - trabalhos que podem servir de subsídios para uma visão mais crítica daquilo que o MEC está propondo. “O Future-se, em vários pontos, vai na

contramão do que esses estudos têm mostrado. O efeito que o financiamento de políticas públicas tem na questão da desigualdade educacional é enorme”, destacou. “Se nesse momento nós pararmos de investir na redução das desigualdades, não conseguiremos recuperar isso em médio e longo prazo. A verdade é que talvez nunca consigamos. Se hoje os alunos da universidade evadirem, possivelmente nós nunca conseguiremos recuperar nenhum desses estudantes novamente.”

Vários pontos destacados pelo pesquisador lançaram luz para dúvidas e lacunas do Future-se. “O que será feita com esta proposta quando ela chegar ao Congresso? A cobrança de mensalidades não está prevista nesta proposta atual, mas isto não impede que, chegando ao Congresso Nacional, algum deputado sugira alteração”, disse o professor da UFRGS. “Também nos perguntamos se precisamos de mais uma legislação, visto que já temos a Lei Orgânica das Universidades, o Regimento Único dos Servidores, além dos regulamentos internos que cada universidade tem, das súmulas do TCU, do antigo Ministério do Planejamento, entre outros.”

Na proposta do MEC, a internacionalização das Universidades é abordada, segundo Raizer, como algo inexistente. “A maioria das 68 Universidades Federais tem programas de internacionalização. Só não há mais porque não há recursos. Não é raro encontrarmos pesquisadores pagando para fazer a internacionalização, pagando para fazer pós-doutorado e estágios no exterior. Os alunos e professores apresentam trabalhos em congressos. Temos também programas para atrair professores visitantes de outros países. Quantos refugiados recebemos em nossas instituições, com muito orgulho? O documento não menciona nada disto”, falou o docente, que também apontou para a falta de elementos do projeto que sejam relativos à extensão universitária.

Na avaliação de Raizer, é impossível fazer uma leitura atual do projeto sem considerá-lo como uma tentativa de privatização. “Isto aparece com as organizações sociais (OS) assumindo a gestão das universidades. Há uma desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao financiamento dessas instituições. E isto toca diretamente na Constituição, que diz que é obrigação do Estado financiar. Há também a ideia de subordinar o ensino, a pesquisa e a extensão a necessidades imediatas do mercado. Cursos ou pesquisas que não forem do interesse do mercado não serão financiados.”

Após a fala do professor, a plateia participou com questionamentos e sugestões de proposições no âmbito da UFFS – Campus Erechim. Além da mercantilização da educação pública, outro assunto abordado foi a nomeação do professor Anderson André Genro Alves Ribeiro para o cargo de reitor da Instituição. Ribeiro, que lidera a lista tríplice enviada ao MEC, acompanhou o evento e disse que, apesar do receio, está confiante na nova composição do Conselho Universitário (Consuni) da UFFS.

Ao final da plenária foram propostos os seguintes encaminhamentos acerca do Future-se:

- 1) Solicitar, de forma articulada com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Erechim, uma moção do Poder Legislativo municipal em defesa do financiamento público da educação superior;
- 2) Fazer com que o Future-se seja pauta de um debate institucional no âmbito de toda a UFFS, envolvendo o Consuni e os demais campi da Instituição;

- 3) Solicitar que o Consuni realize uma sessão aberta sobre o tema;
- 4) Utilizar espaços em veículos de comunicação da região para informar a população a respeito das diretrizes do programa.

Diretor da UFFS – Campus Erechim e proponente da plenária, Luís Fernando Santos Corrêa da Silva considera que o evento foi bastante exitoso. “Foi uma discussão bastante importante, tivemos ampla participação da comunidade acadêmica. Isto mostra o interesse em conhecer este tema e também em debater os impactos dele para a Instituição e para o Ensino Superior de modo geral, principalmente o ensino público”, avalia. “Considero que uma das questões mais problemáticas que o Future-se aparenta é a questão da criação de um fundo de apoio para as instituições. Isto fere a autonomia das Universidades e pode comprometer o poder público no financiamento da educação superior”, finaliza.

